

# **Perspectivas Econômicas com Novo Governo**

**Márcio Holland**

Escola de Economia de São Paulo - Fundação Getulio Vargas (FGV EESP)

São Paulo, 06 de novembro de 2018

# Cenários de Curto Prazo

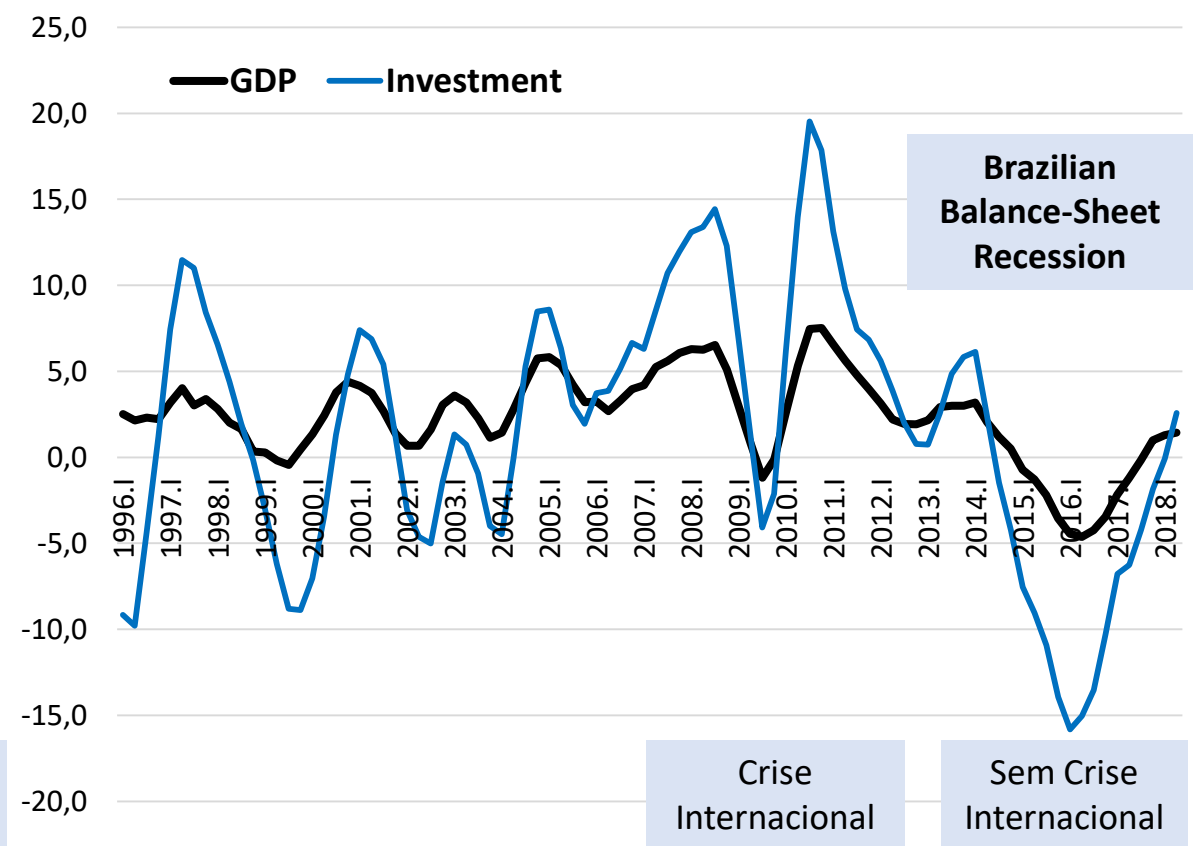
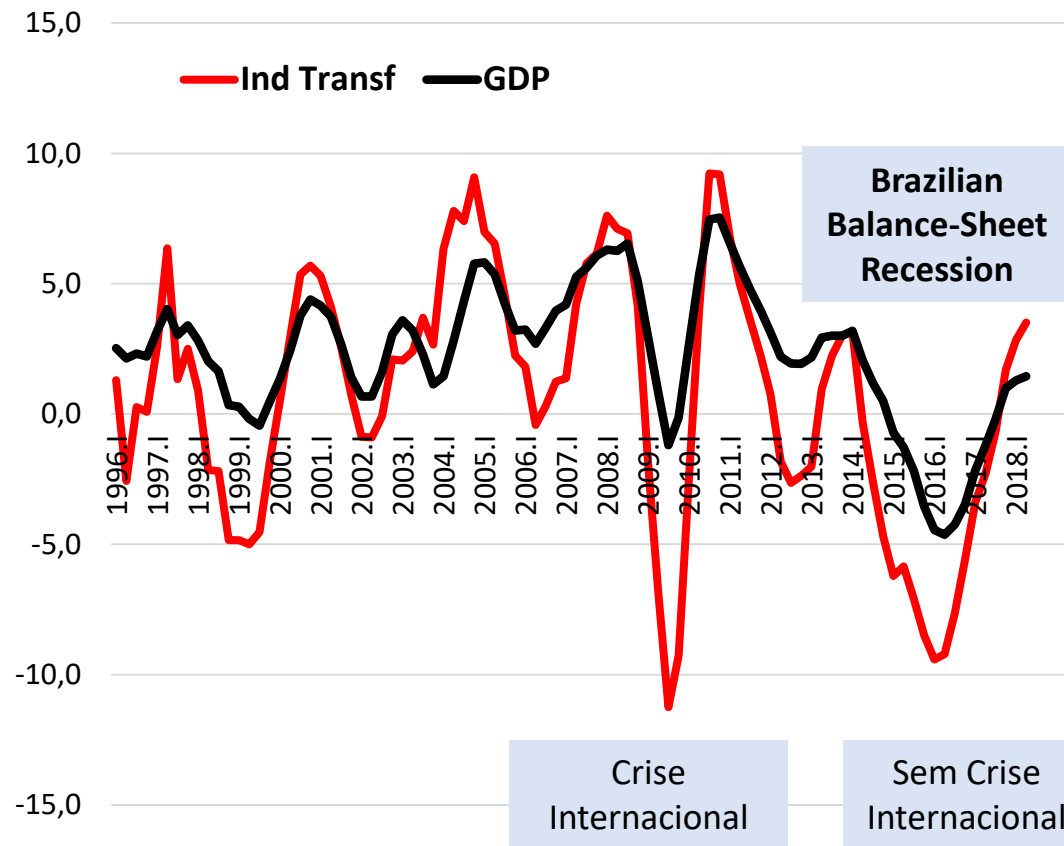
# Estamos saindo de uma “balance-sheet recession”

- ✓ Altas taxas de desemprego, 11,9% (trimestre móvel jul-set)
- ✓ Nível de utilização da capacidade da indústria (78%) ainda baixo, mas crescente (jan/2018, 73%)
- ✓ Baixa taxa de investimento, 15,7% do PIB
- ✓ Deterioração fiscal - ajuste necessário de 4% do PIB: primário de R\$159 bi (2,3% do PIB) para dez/2018; primário requerido de 2,0% a 2,5% do PIB
- ✓ **Incertezas sobre desenhos de reformas econômicas e sobre capacidade de aprovação no congresso.**

# Balance-Sheet Recession sob turbulência perfeita

excessos de crédito e de investimentos comprometeram a retomada em clima de forte conflito político e de desordem moral

PIB, Indústria e Investimento, taxas de crescimento 4\_tri acumulados 1996-2018

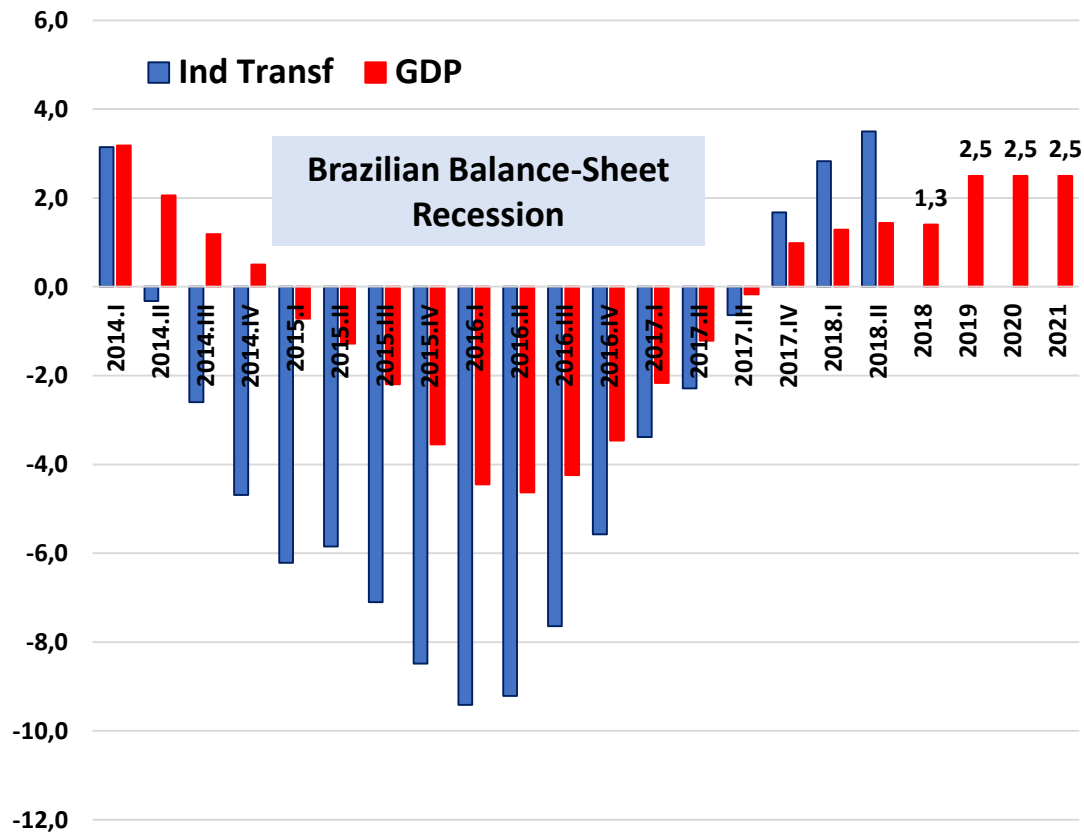


Fonte: IBGE

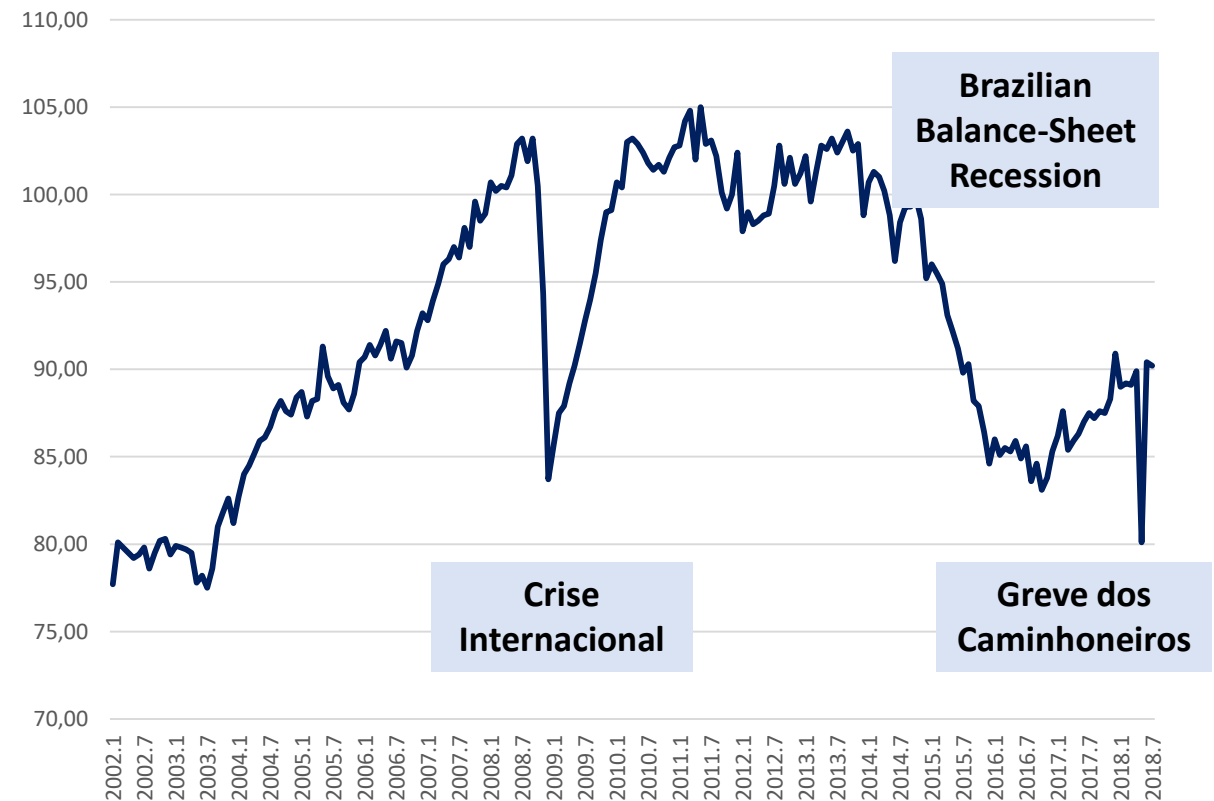
# Indústria é mais pro-cíclica

PIB per capita derretou 10% em 2014-2016

PIB e Investimentos, taxas de crescimento 4-Tri acumuladas – 2014-2021



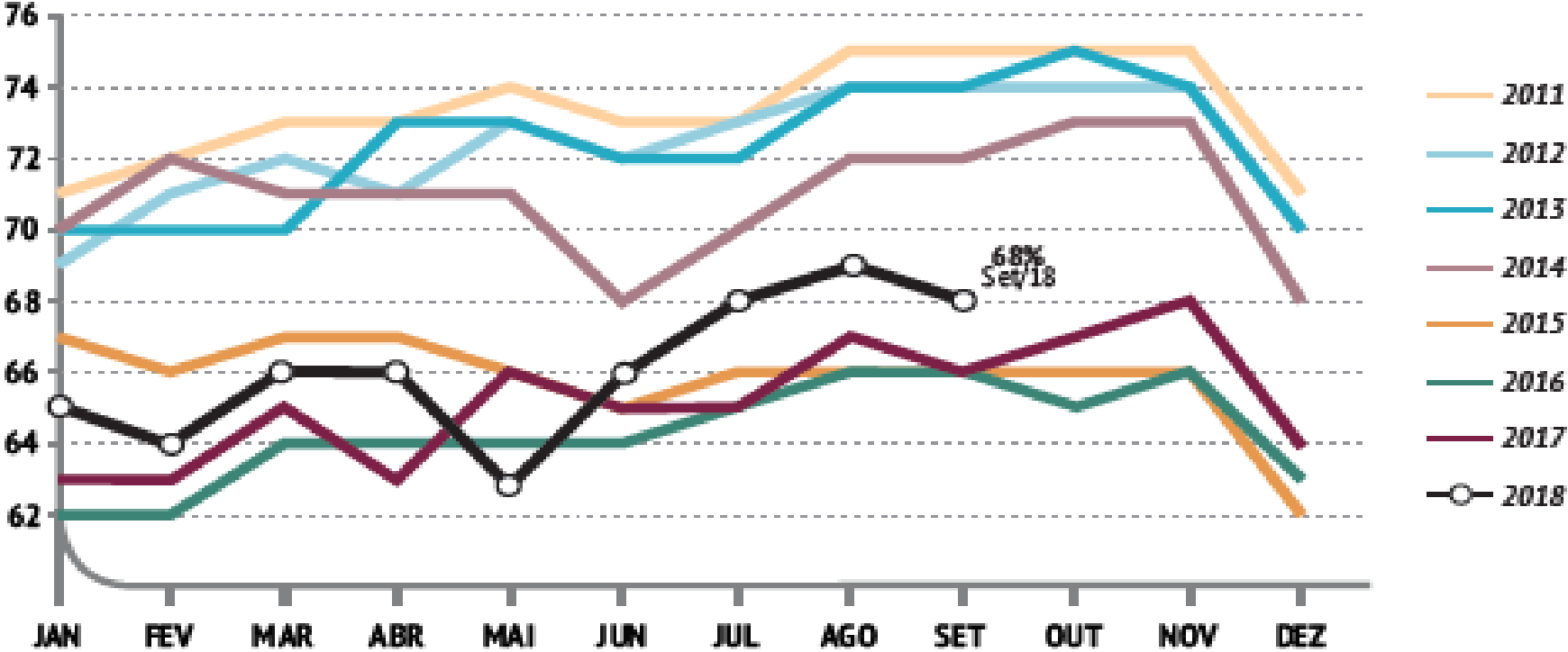
Produção Industrial, Index 2012 = 100 2002-2018



Fonte: IBGE

# Indústria: melhorando em relação ao triênio 2015-2017, mas ainda pior que o triênio 2011-2013 e mesmo 2014, ano de início da recessão

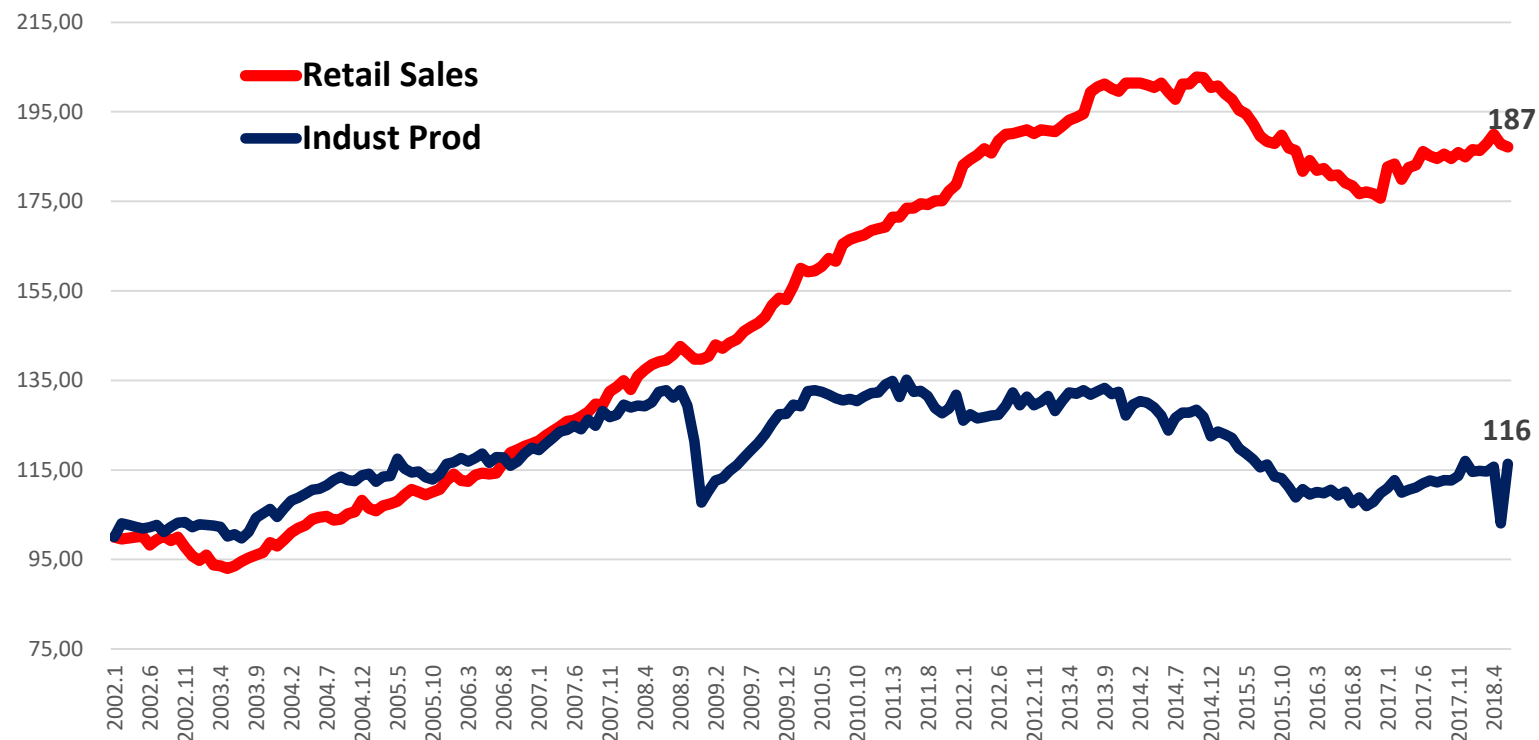
Utilização da capacidade instalada, média, % 2011-2018



Fonte: CNI

# Gap entre “mercado consumidor doméstico” e “produção industrial doméstica” se amplia após a crise de 2008

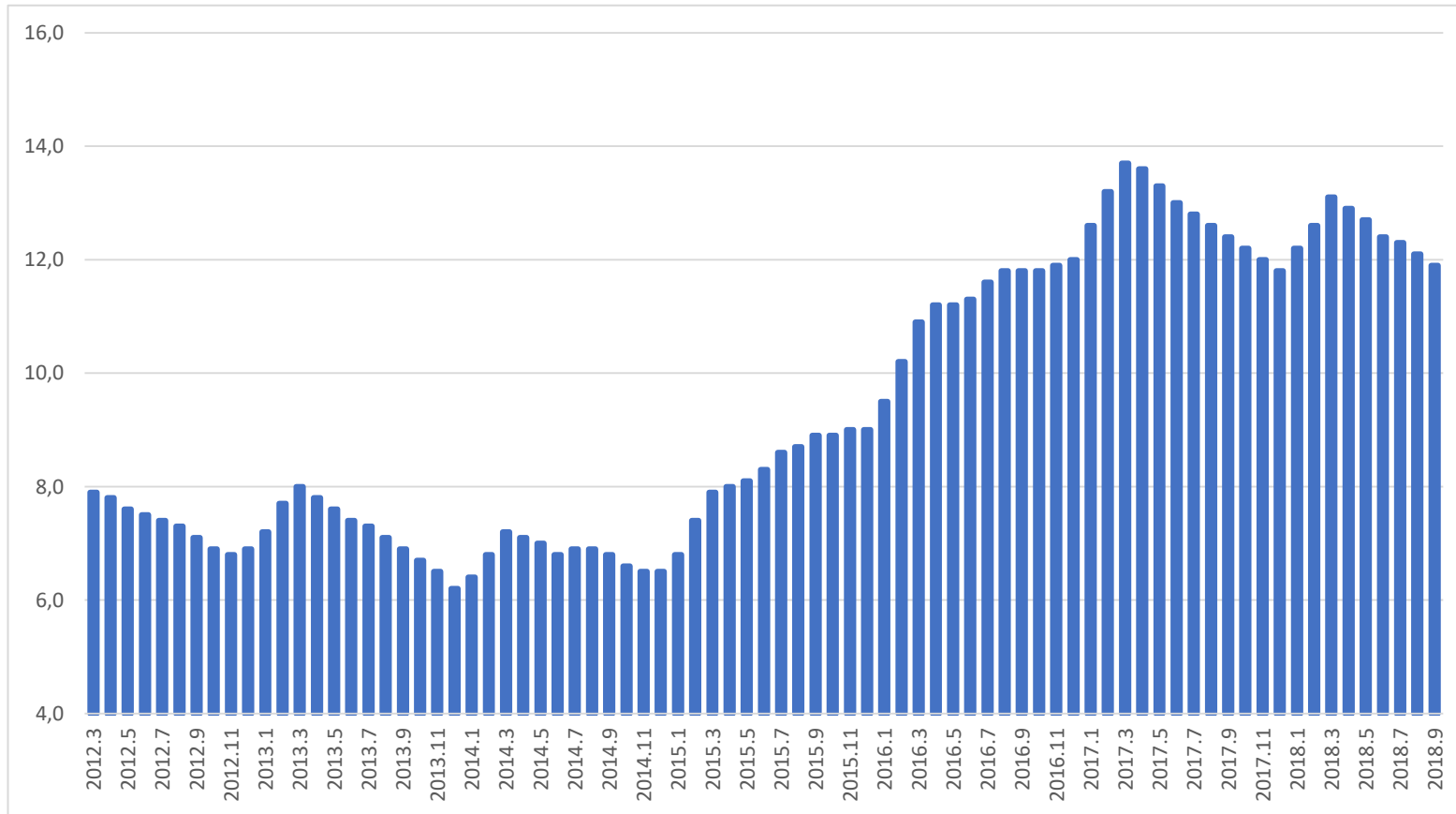
*Industrial Production and Real Retail Sales, Indexes 2002.1 = 100 2002-2018*



Source: IBGE

# Elevadas taxas de desemprego: qual seria a taxa novo-normal?

Taxas de Desemprego (% Trimestral), PNADC, 2012-2018

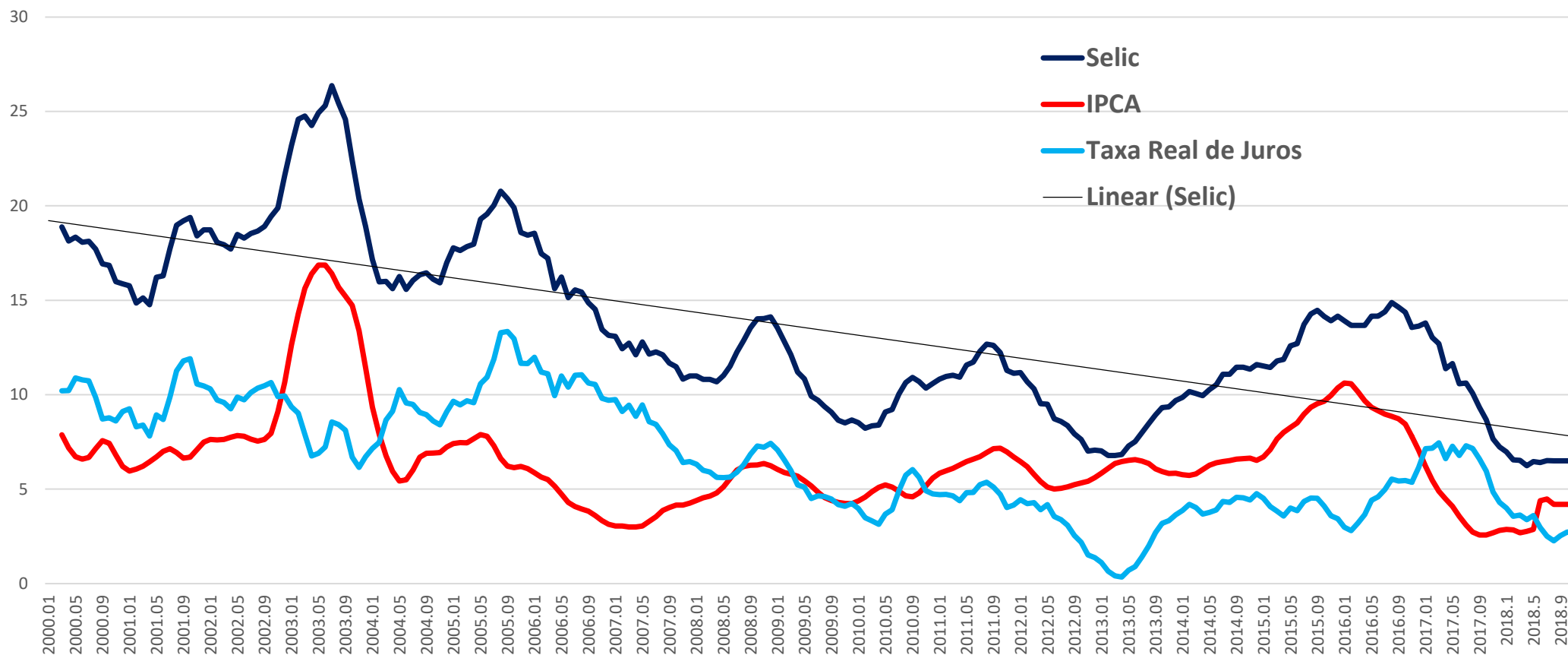


✓ **12,5 milhões de desempregados**



# Cenário para juros e inflação relativamente estável no próximo ano: ambiente bom para retomada dos investimentos

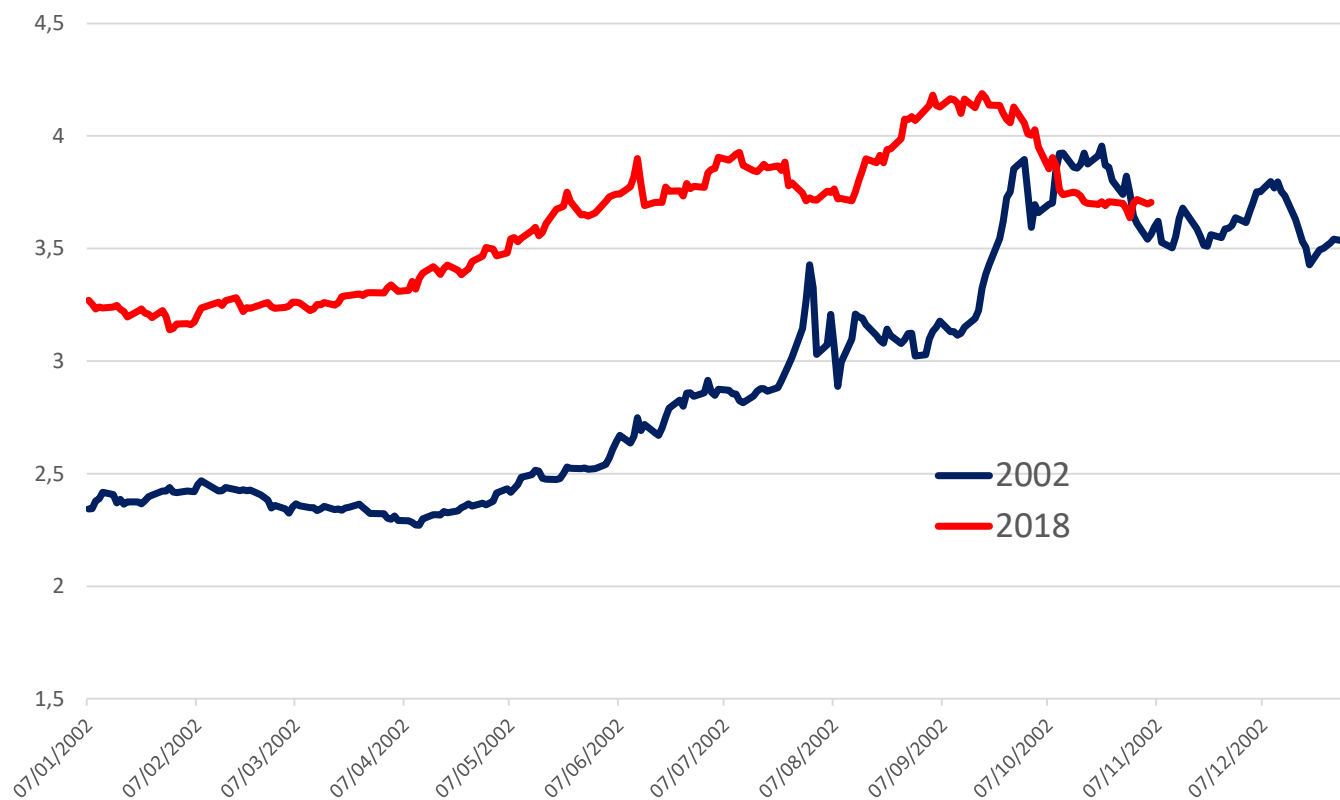
*Inflação (IPCA), Taxa Básica de Juros (SELIC) e Taxa Real de Juros (ex-ante), % anual. 2000-2018*



Fonte: Bacen; elaboração própria

# Real desvalorizou menos e foi menos volátil em 2018 em relação a 2002

*Taxa de Câmbio, Real Brasileiro por Dólar Americano, cotações diárias – 2002 e 2018*



**Desvalorização até 05/nov:**

2002 = 52%

2018 = 13%

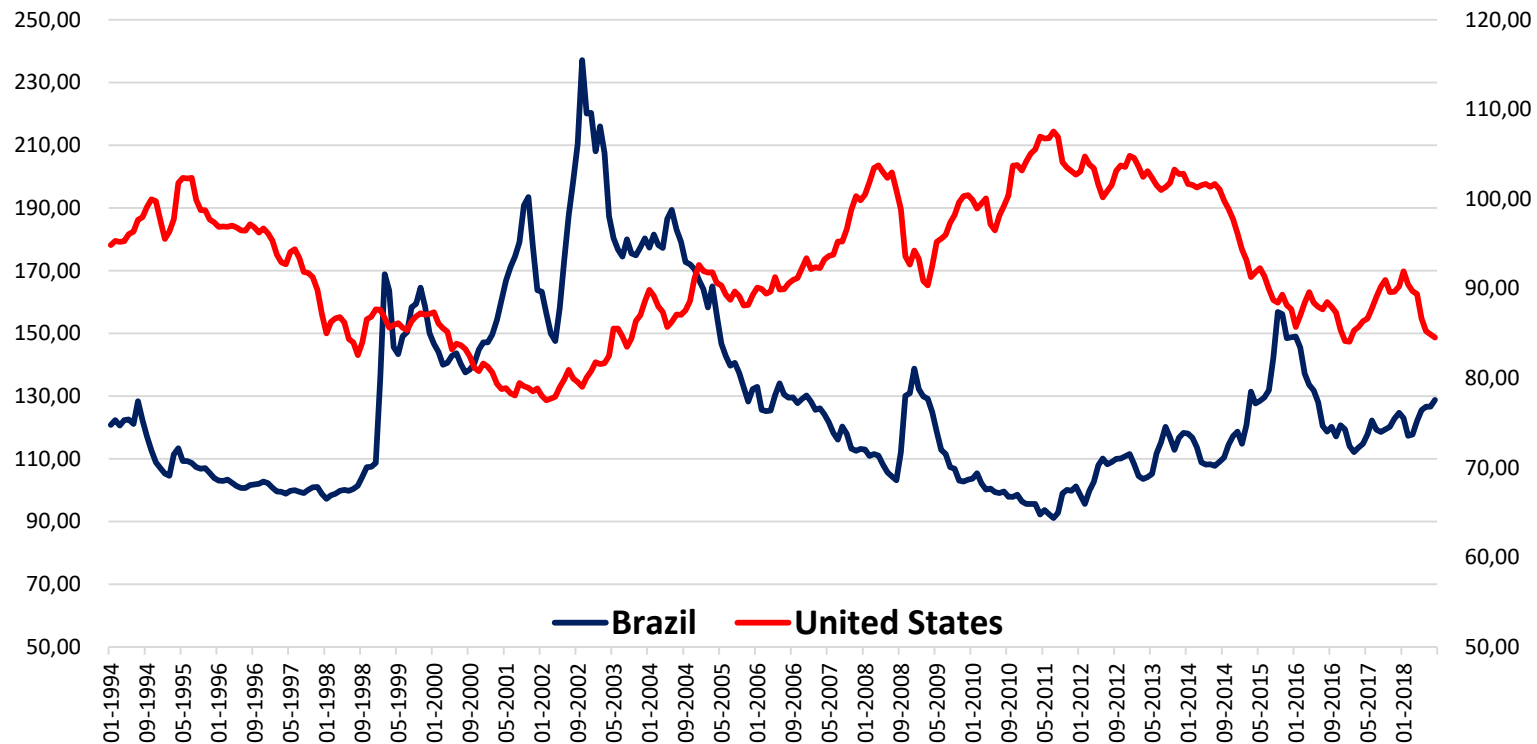
**Max de desvalorização no ano**

2002 = 68% (out)

2018 = 28% (set)

# Desvalorização recente respondeu parcialmente pelo cenário internacional, mesmo em context de corrida eleitoral doméstica

Taxa Real Efetiva de Câmbio, BRL e USD 2010 = 100, 1994 -2018

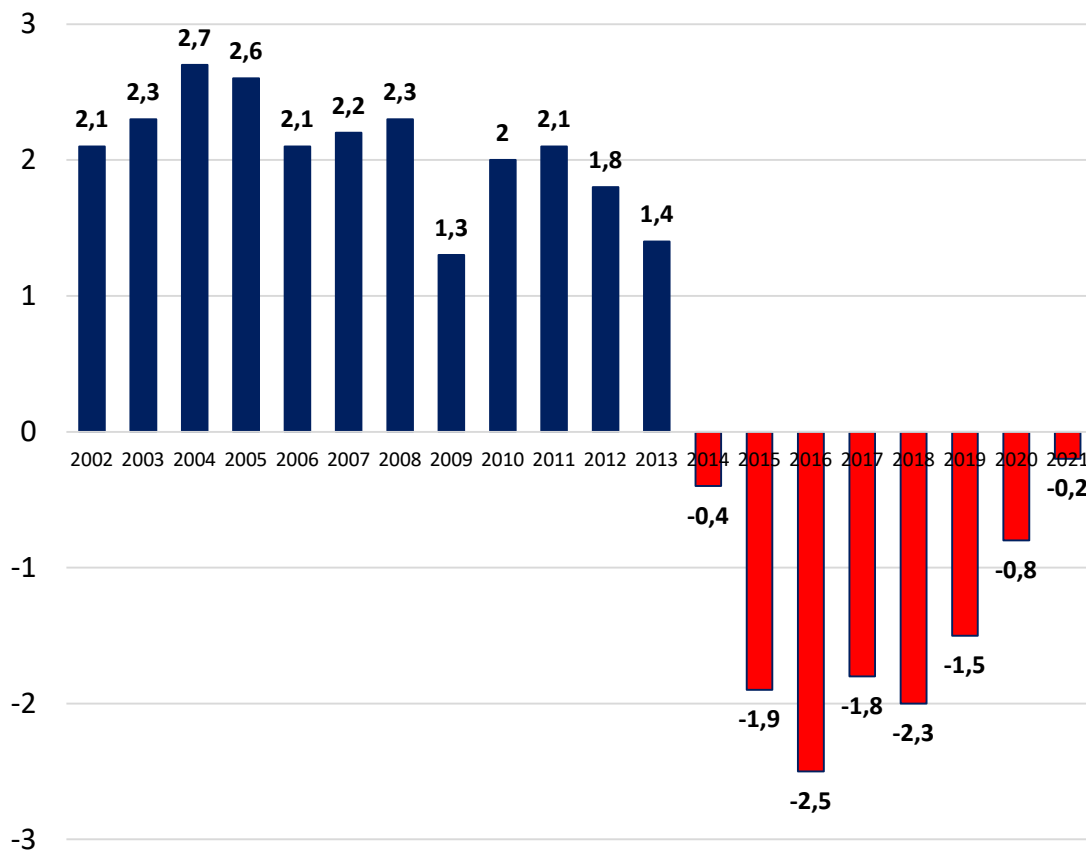


✓ Mesmo desvalorizado, Real Brasil está em nível histórico

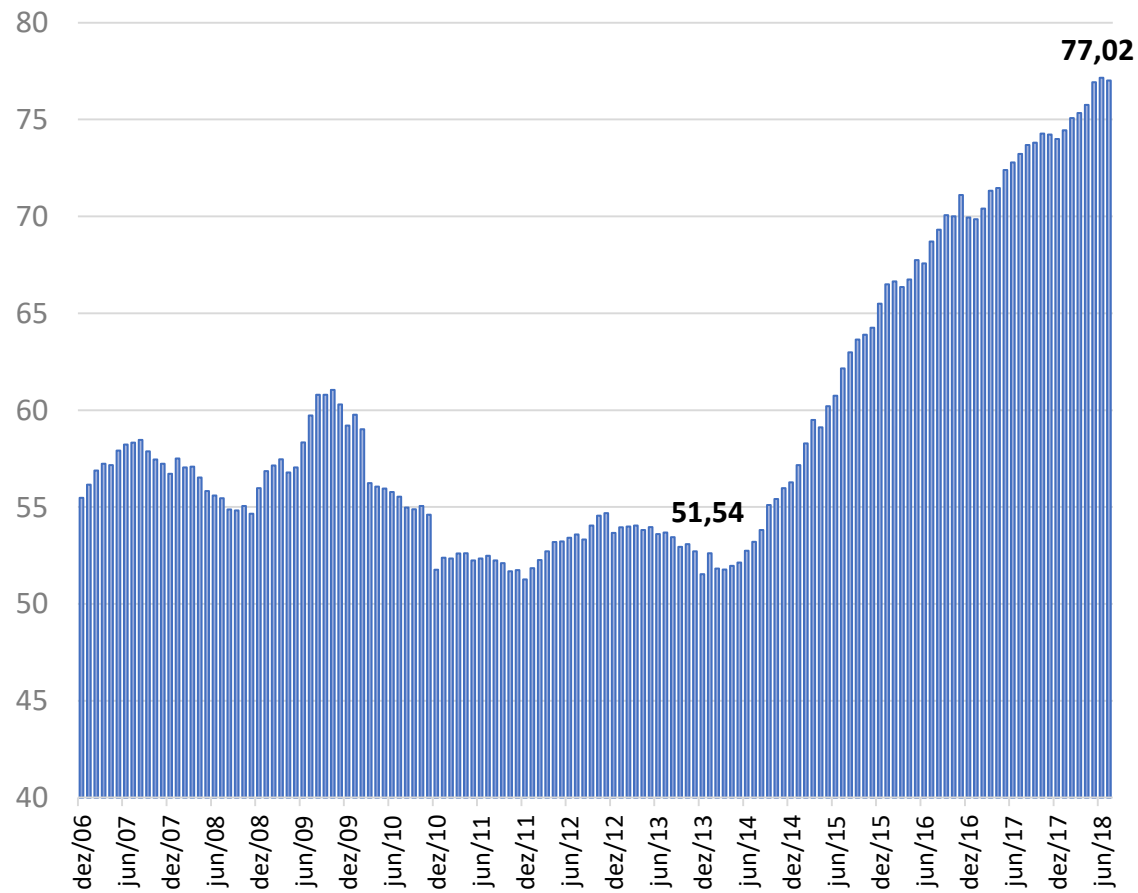
# Desafios do Novo Governo

# Fiscal: o maior de todos os desafios

Resultado Primário– Governo Central, % do PIB, 2002-2021



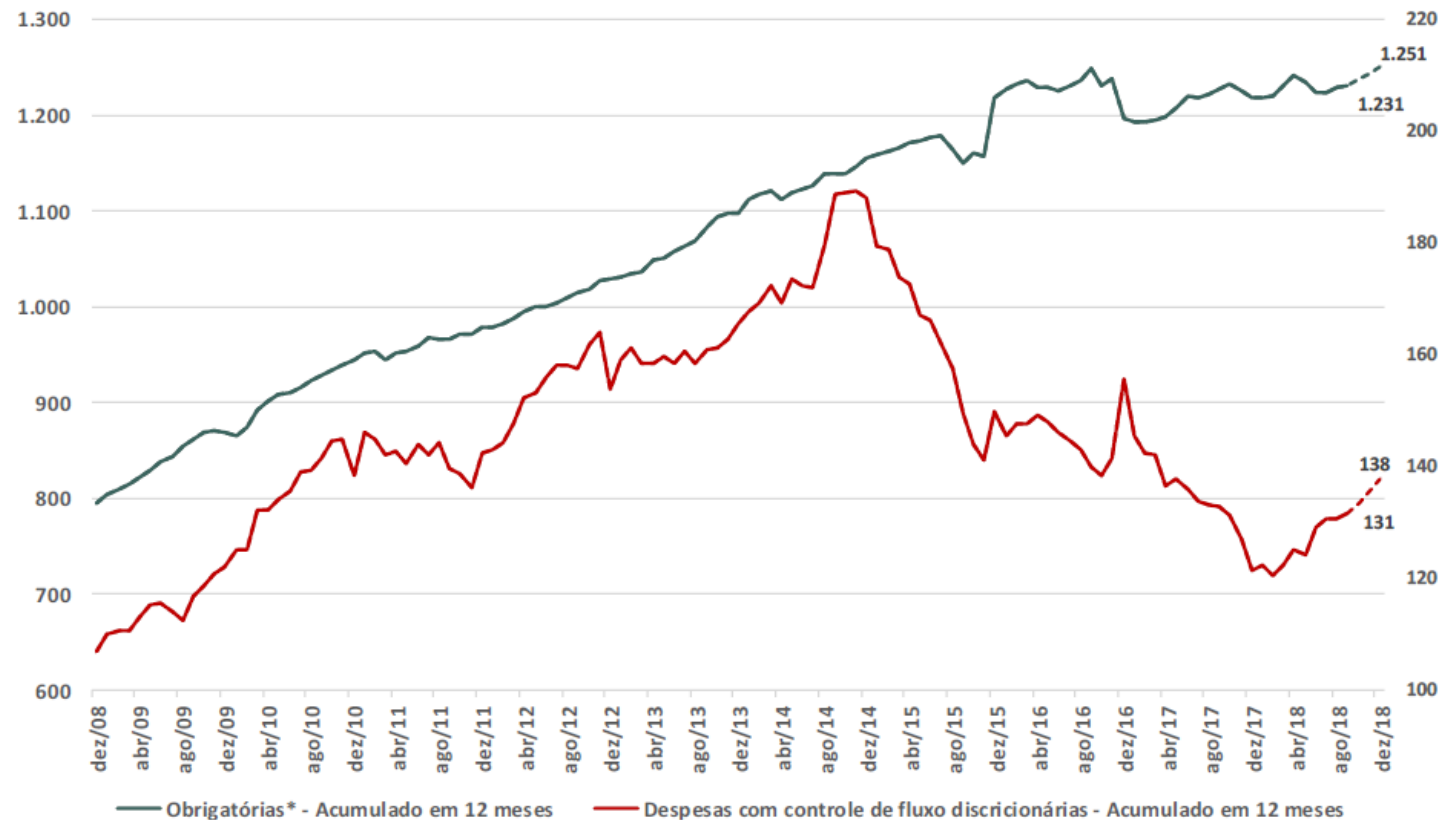
Dívida Bruta do verno Central, % do PIB, 2006 -2018



Fonte: MF e Bacen, elaboração própria.

# Adiar correções fiscais aumenta o custo do ajuste

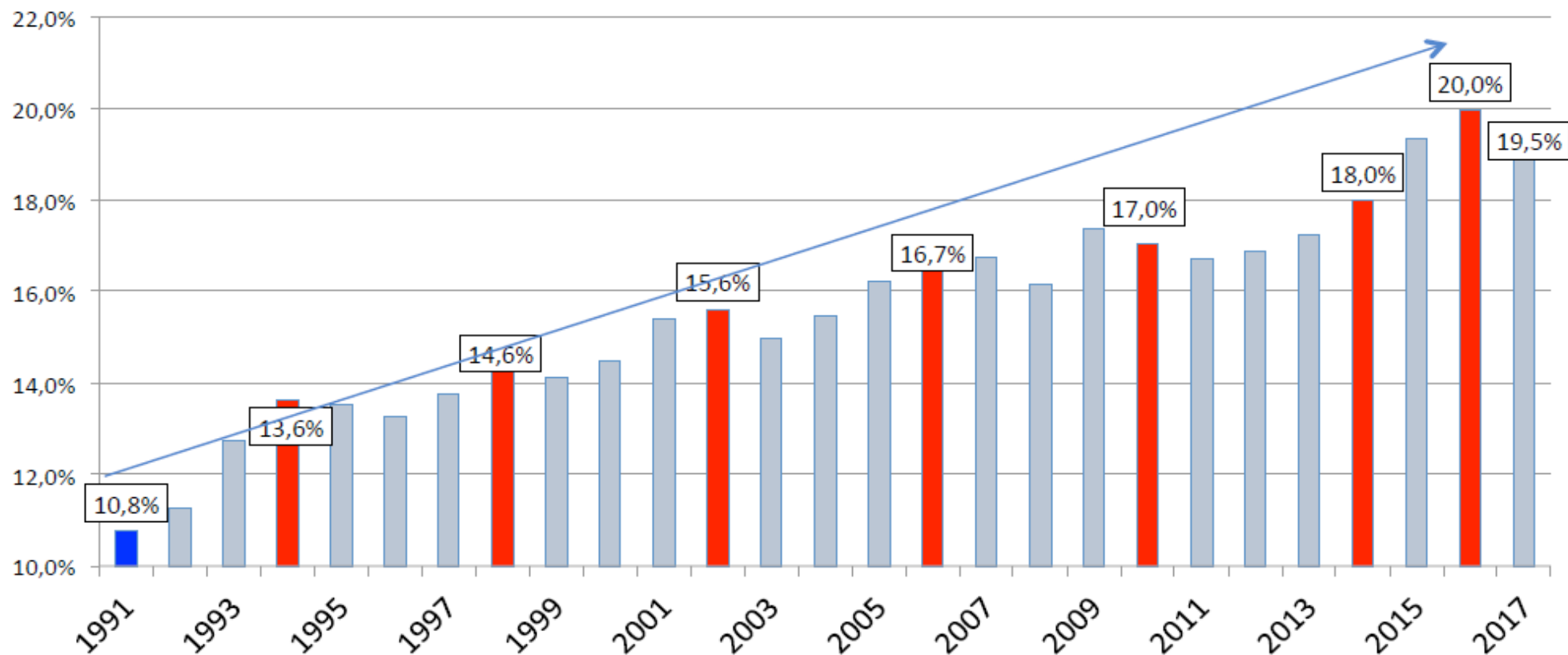
Despesas do Governo Central, acumulada 12 meses a preço de set/2018, em R\$ bilhões. 2009-2018



- ✓ Despesas obrigatórias crescem independente do ciclo econômico.
- ✓ Ajuste fiscal forte nas despesas discricionárias, basicamente em investimentos.
- ✓ O que é discricionário (investimentos) deveria ser obrigatório e o que é obrigatório deveria ser despesa para ajustes em tempos de crise.

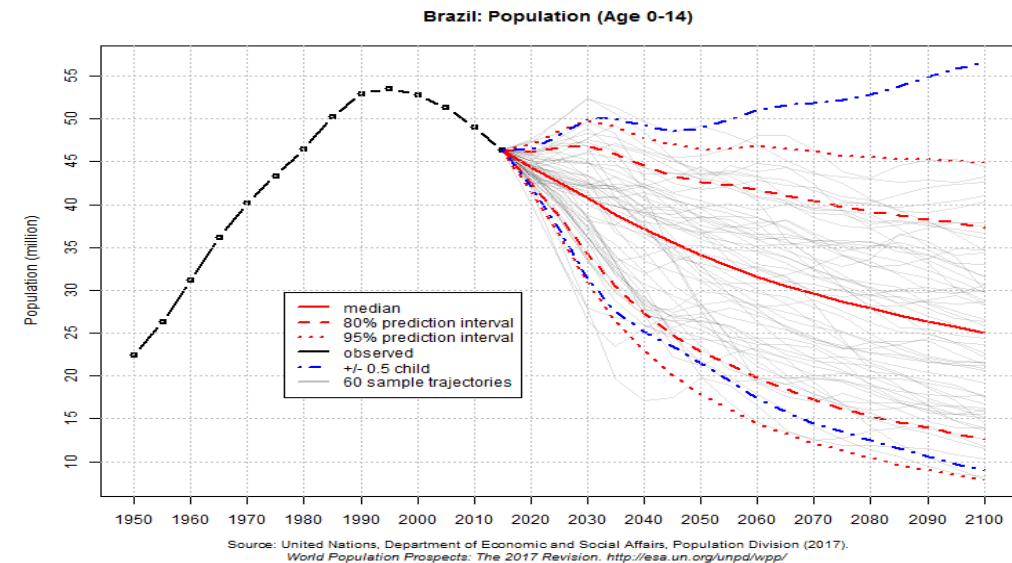
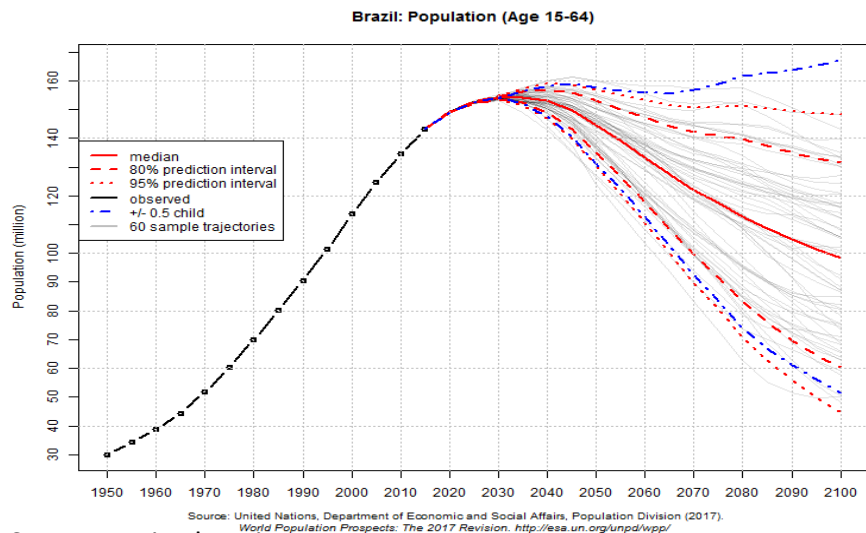
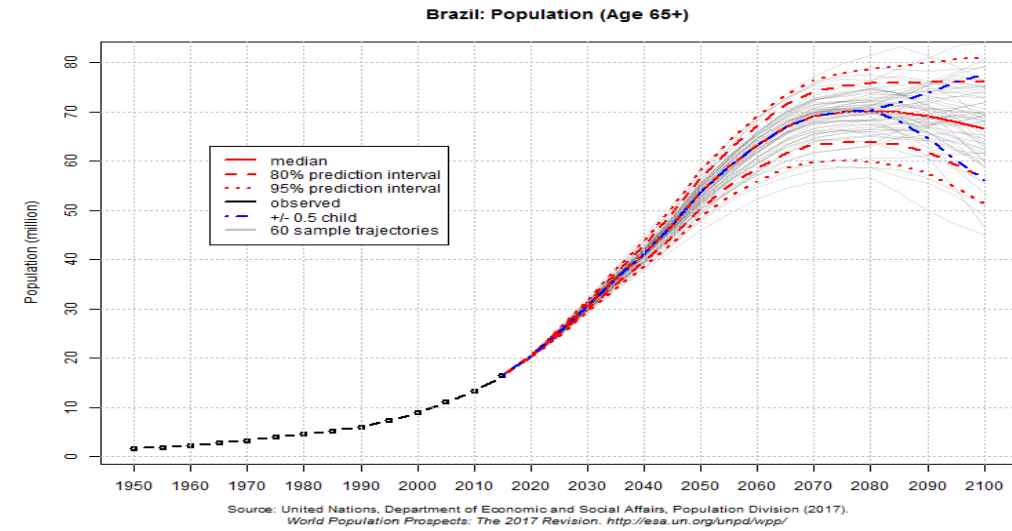
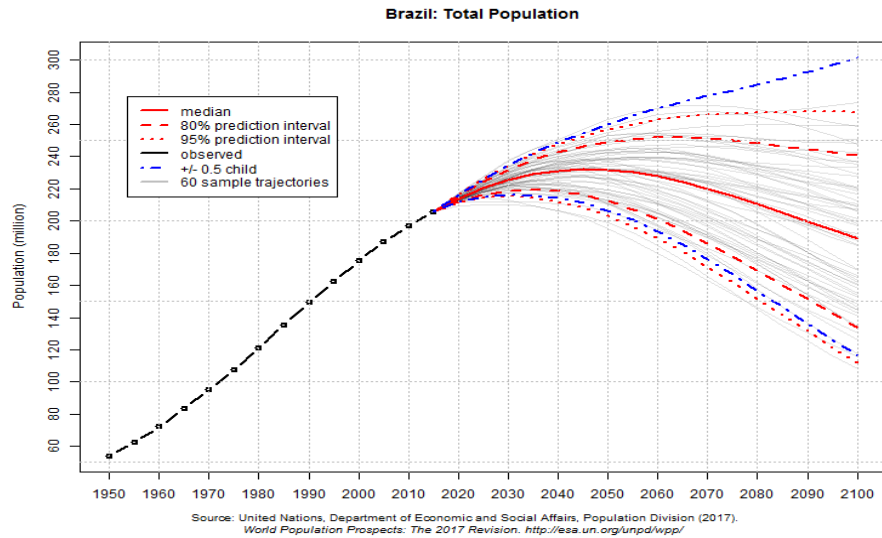
# Gastos primários tem crescido independente de governos

*Gastos primários da União, % do PIB, 1991 -2017*



Fonte: MF, apresentação Mansueto de Almeida.

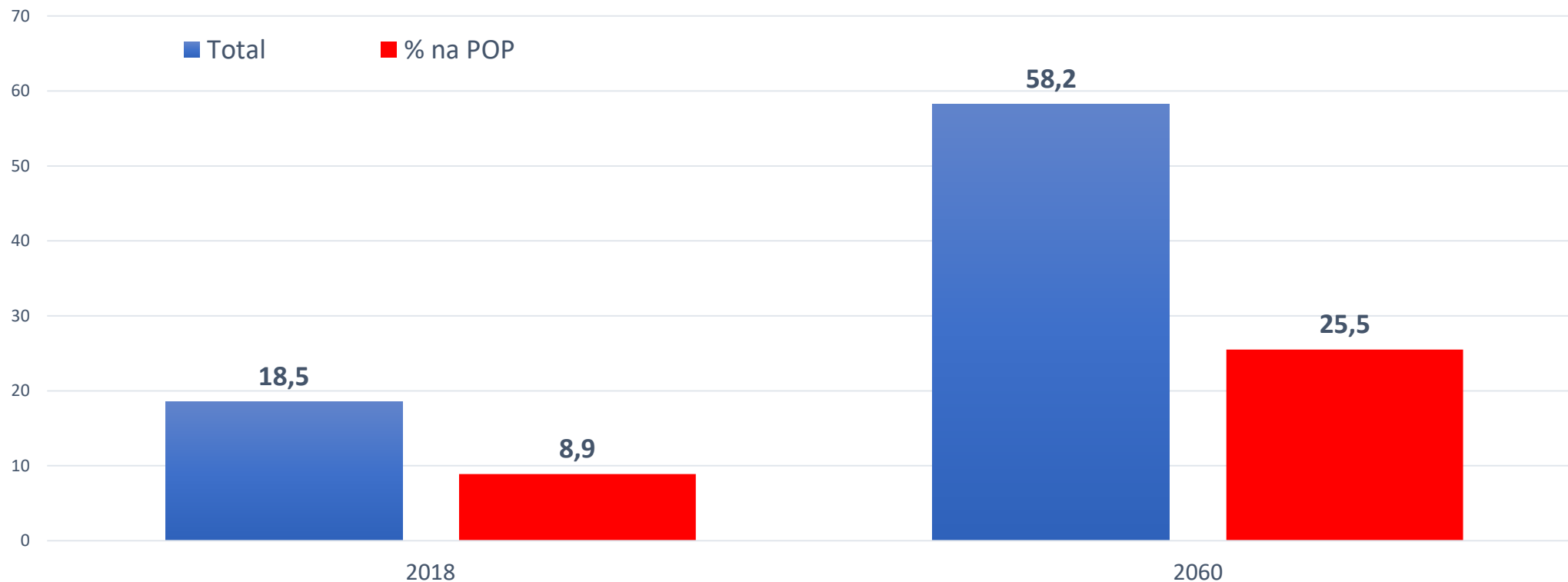
# Envelhecimento da população brasileira coloca mais desafios





# Envelhecimento requer revisão urgente dos parâmetros da previdência

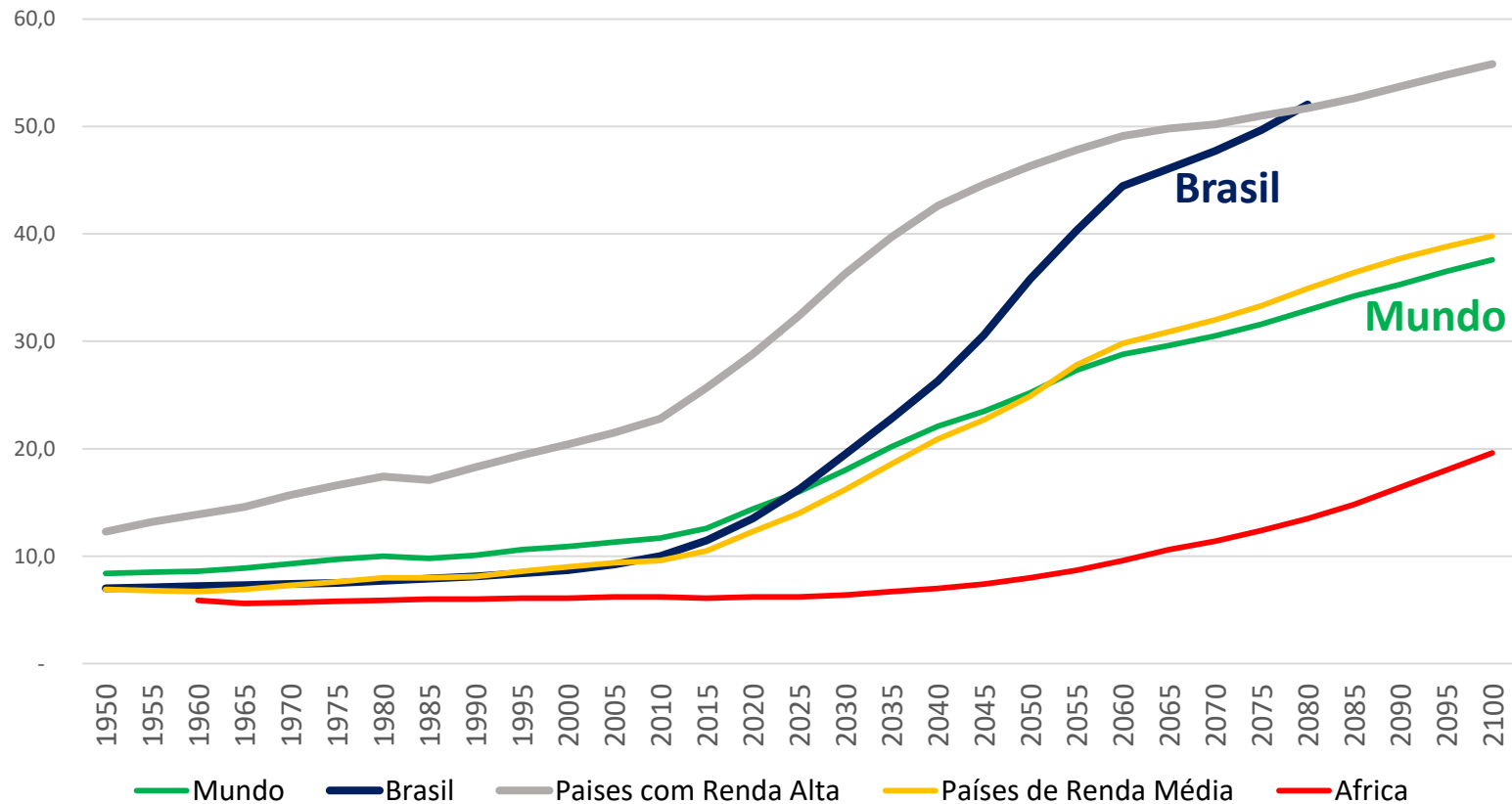
*População Brasileira com 65 anos de idade ou mais, 2018 e 2060, total e % da população total*



Fonte: IBGE, elaboração própria.

# Previdência é um problema mundial!

Razão de Dependência do Idoso (65 anos ou mais por 15 a 64 anos) 1950 - 2100

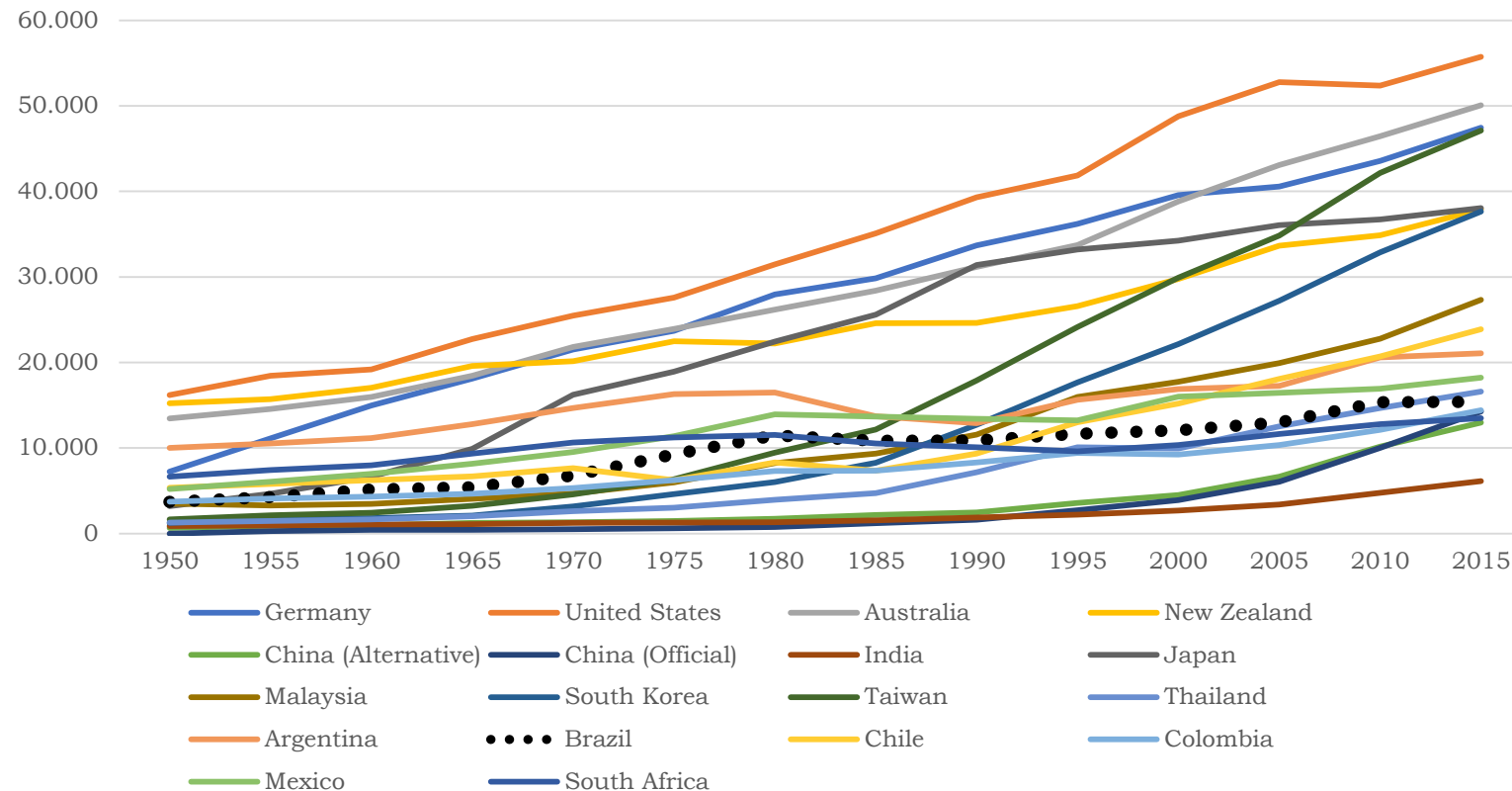


Em 2075, a população brasileira será tão envelhecida quanto a de economias ricas

Fonte: Nações Unidas e IBGE

# Produtividade do trabalho semi-estagnada requer medidas estruturais e de longo prazo

Per capita income, USD PPP 2011, 1950 - 2016



- ✓ **Baixa qualidade da educação, veja PISA** (The Program for International Student Assessment)
- ✓ **Incertezas nas instituições, regras de pouca duração: fala de previsibilidade de longo prazo**
- ✓ **Ambiente de negócios ruim** (Doing Business Indicators, WB)
- ✓ **Desafios da política macroeconômica** (principalmente no front fiscal)

# Propostas em discussão, mas ainda sem plano detalhado de vôo

- **Reforma da Previdência:** começa a revalencer a idéia de mudar de regime de repartição (modelo paramétrico) para regime híbrido (com capitalização)
- **Reforma Tributária:** discussão sobre se o IVA já não nasceria obsoleto e um imposto sobre movimentação financeira não seria mais eficaz; riscos de perdermos a oportunidade
- **Privatizações:** excesso de Estatais!
- **Abertura comercial,** gradual e com novos parceiros comerciais.
- **Incentivos setoriais e industriais:** converge a ideia de que gera distorções alocativas
- Retomada dos **investimentos** com concessões
- Ideias de **independência** do Banco Central
- Ideias de **Orçamento Base Zero**

# Problemas fiscais no primeiro ano do novo governo

- **Regra de Ouro:** projeções da STN mostram insuficiência de R\$111,2 bilhões para o seu cumprimento em 2019
  - Suficiência de R\$14,6 bi para 2018, graças a antecipações do BNDES (R\$130 bi), Fundo Soberano (R\$27,5 bi), FND (R\$17,4 bi), etc.
  - Regra de Ouro: dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida).
- **Teto de Gastos:** difícil cumprimento em 2019 e retomada de investimentos comprometida
- **Salário mínimo:** vencimento da política atual

# Por que a reforma da previdência?

1. Oferecer sistema **confiável, equilibrado e eficiente.**

2. **Dinâmica demográfica** em si impõe mudanças

População inativa vai aumentar mais de 260%

3. **Tecnologia disruptiva** afetando mercado de trabalho

4. **Distorções sociais** (privilégios) no sistema previdenciário brasileiro

# Por que a reforma da previdência?

1. Coexistência de regimes contributivos e não-contributivos, sem diferenciação de fontes de financiamentos\*: cunha fiscal no mercado de trabalho
2. Benefícios com riscos atuariais distintos em um mesmo sistema.
3. Tratamento da “aposentadoria rural” como se fosse “assistencial”.
4. Elevado volume de aposentadorias precoces (entre 50 e 55 anos de idade)
5. Diversos regimes especiais (mulheres, servidores civis, militares, rurais, professores, parlamentares, judiciário...)
6. Sistema muito pouco transparente.

\* Texto da FIPE

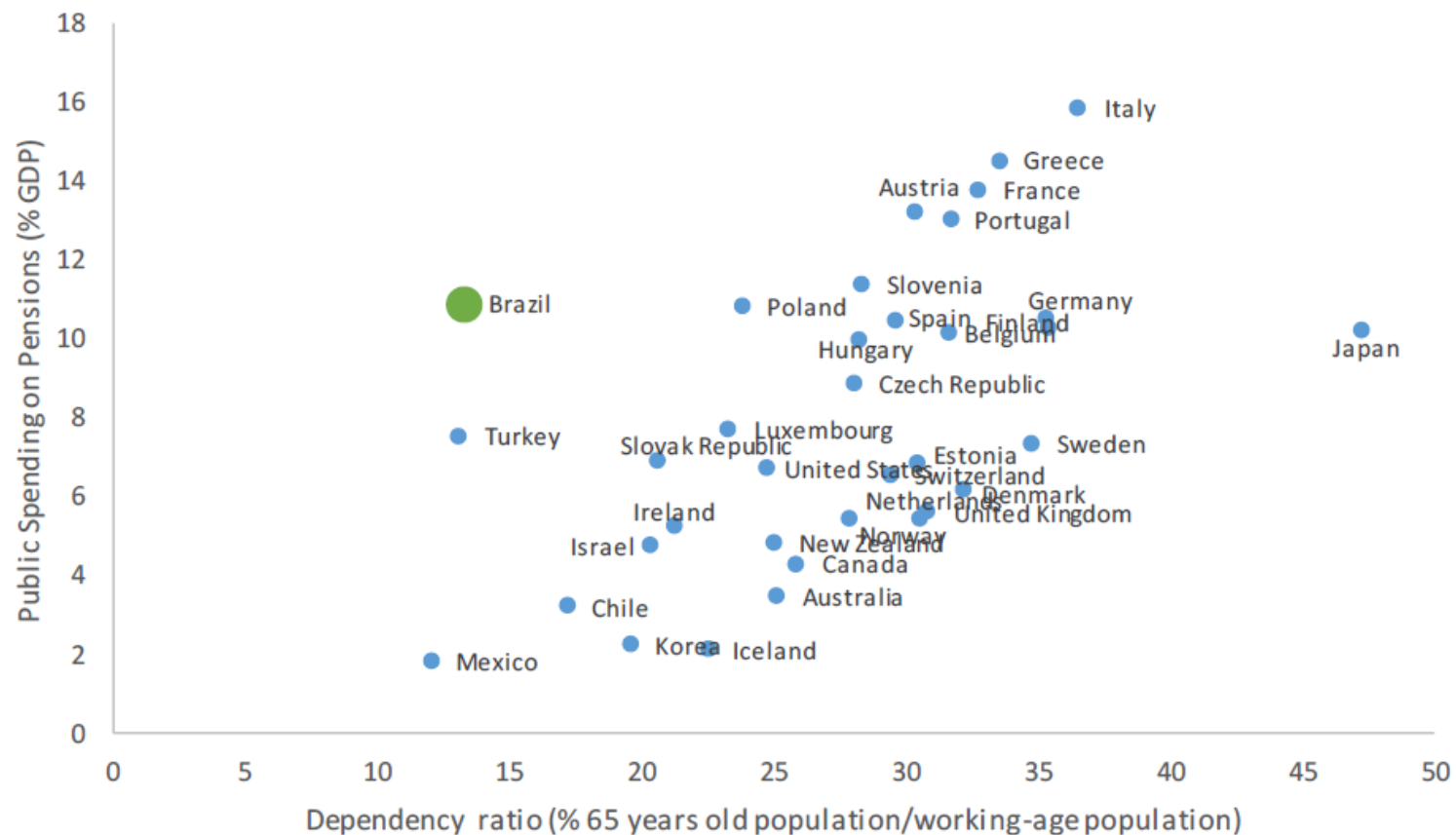
## Por que a reforma da previdência?

1. **Gastos com previdência no Brasil já superam 13% do PIB**, mas população com 65 ano ou mais é de apenas 8%; para mesmo nível de gastos, a população idosa mundial é superior a 14%.
2. **Até 2060, enquanto a população idosa vai crescer mais de 260%**, a população com até 64 anos vai diminuir. A razão de dependência sai de 13% para 44%.
3. **Gastos previdenciários crescem mais que 6% ao ano**, em termos reais; bem acima da média de crescimento do PIB: desde 1997, os gastos com o RGPS saltaram 3,5% do PIB (de 4,9% para 8,4% do PIB).
4. **A taxa de reposição no Brasil é acima** (76% do salário médio) da média mundo (média de 50% -varia de 40-Japão a 73%-Grécia).



# Brasil é ponto fora da curva!

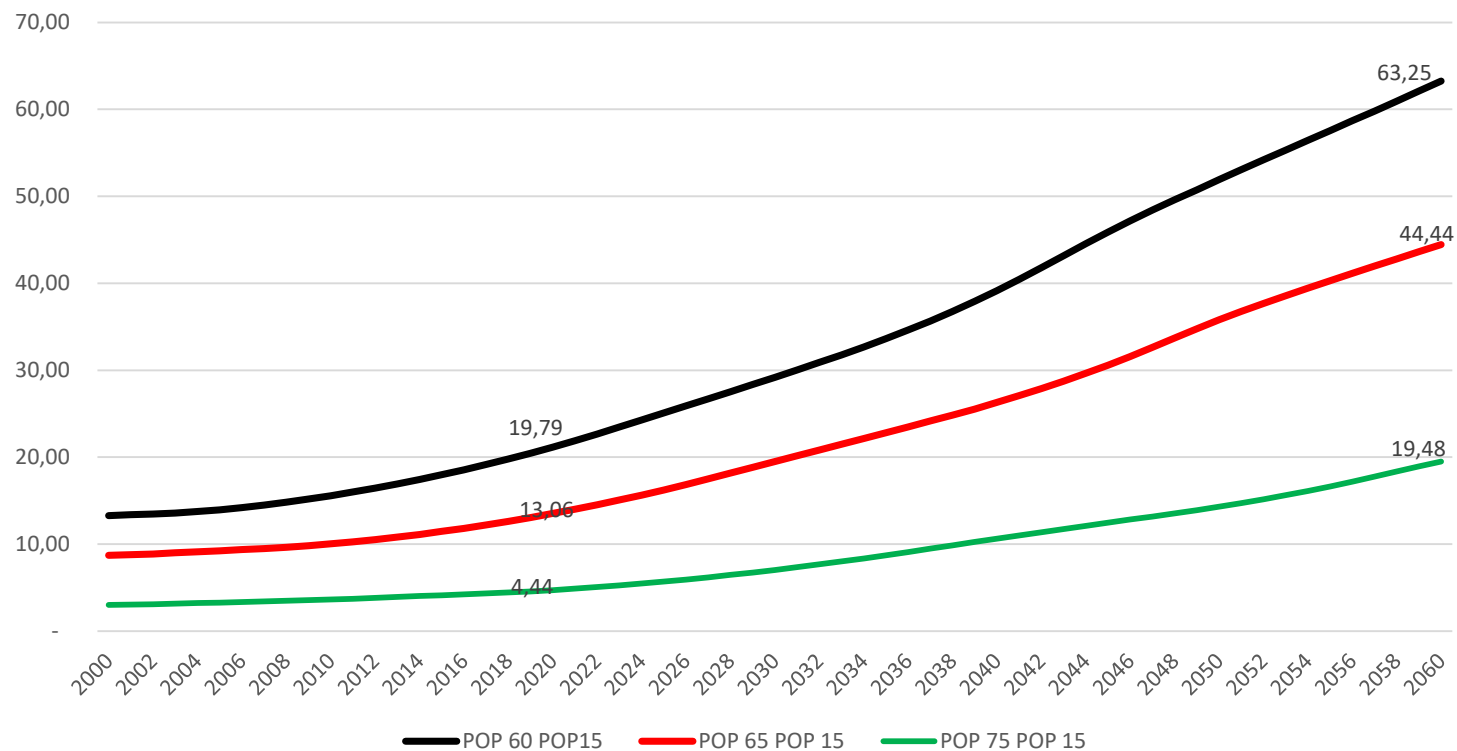
Total de Gastos Previdenciários (RGPS e RPPS) % do PIB e Razão de Dependência de Idoso (65 ou mais / pop idade ativa)



Fonte: Banco Mundial. 2017. *Summary Note on Pension Reform in Brazil*. Abril, 13, baseados em dados do IBGE e do Banco Mundial.

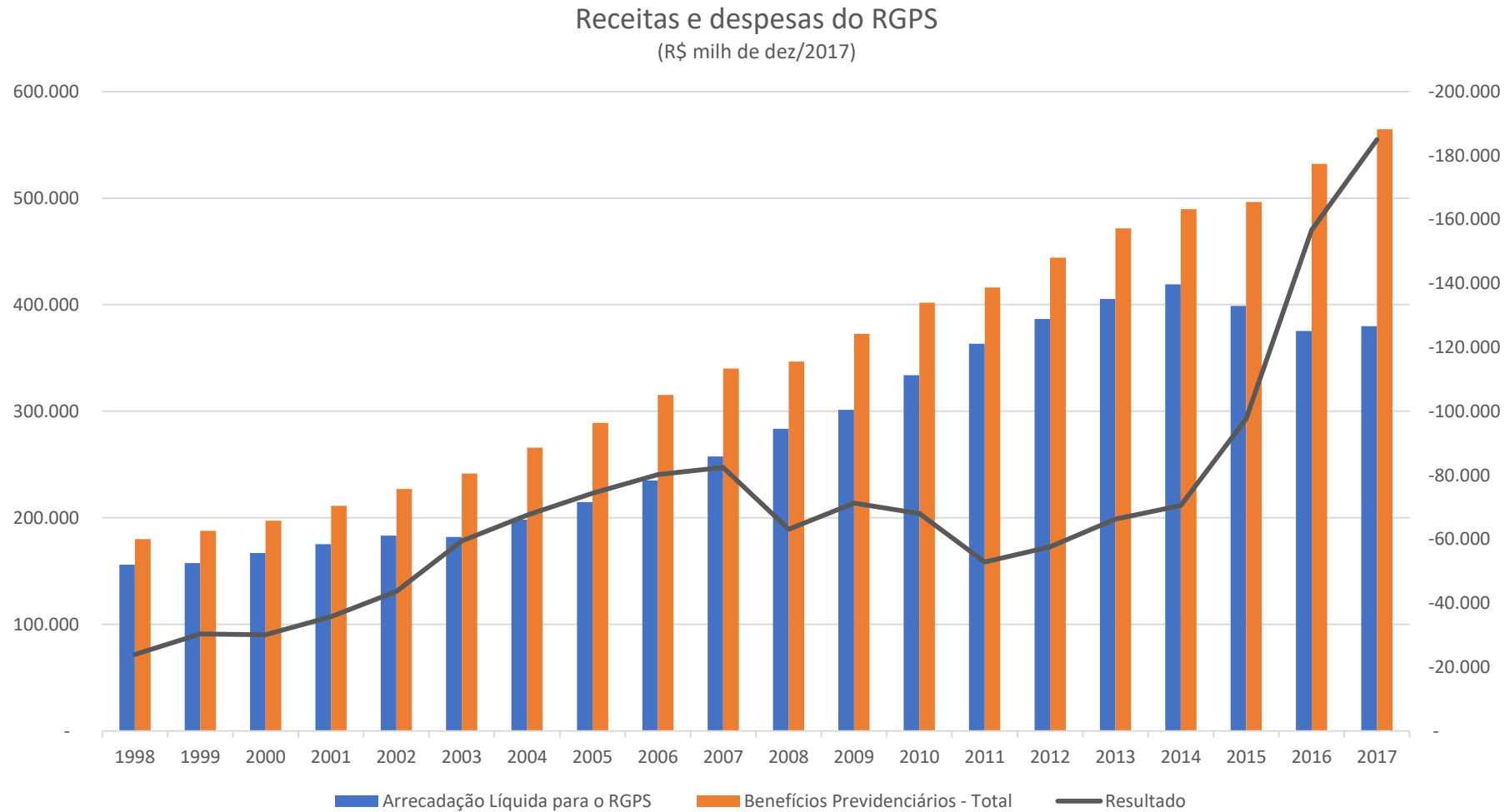
# Envelhecimento da população brasileira é desafio adicional para o crescimento econômico

Razão de Dependência % 2000 - 2060



Fonte: IBGE

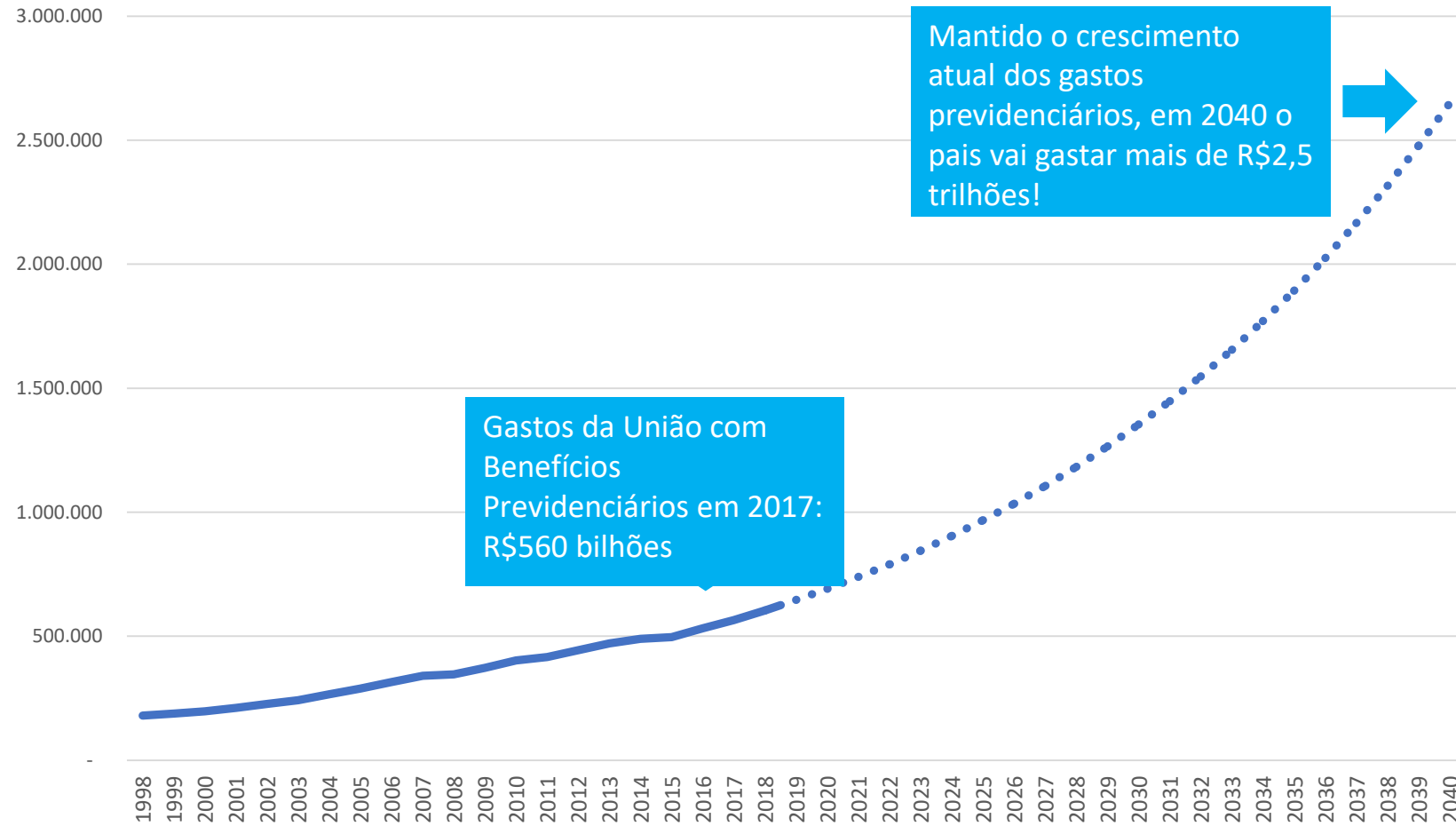
# Déficit teve um componente cíclico, mas mudou de patamar



Fonte: STN

# Mantida os critérios atuais de acesso, com o crescimento demográfico, as despesas com o RGPS aumentarão quase 5 vezes até 2040.

Despesas da União com o RGPS, em R\$mi, preço de dezembro de 2017



Fonte: STN, projeções de 2018 a 2040 são do autor

# Evolução dos déficits previdenciários do RGPS e RPPS da União

## Ano 2017

---

Déficit RGPS + RPPS (União)	R\$ 268,8 bilhões
Déficit RGPS	R\$ 182,5 bilhões Aumento de 21,8% em relação a 2016
Déficit Urbano	R\$ 71,7 bilhões Aumento de 54,7% em relação a 2016
Déficit Rural	R\$ 110,7 bilhões Aumento de 7,1% em relação a 2016
Déficit do RPPS (União)	R\$ 86,3 bilhões Civis: R\$45,2 bilhões (+20,3%) Militares: R\$ 38 bilhões (+10,6%)

## Por que a reforma da previdência?

1. Previdência consome 63% das receitas tributárias de 2017, ou 57% das despesas primárias
2. Apenas 24% dos gastos com aposentadorias são por idade. 54% delas são “rurais” / 93% das aposentadorias rurais são por idade.
3. A aposentadoria por tempo de contribuição, mesmo sendo 18% da quantidade de benefícios, consome mais de 28% dos gastos previdenciários / idade média de 55 anos.
4. Pensões por morte representam 21% dos gastos previdenciários são / gastos com essa clientela passam de R\$104 bilhões.
5. 67,7% dos aposentados ganham até 1 SM.

# A Previdência das Distorções

Critérios	
Urbano vs Rural	No RGPS, Rural responde maior parte do déficit, mas o campo só representa 5% da população na força de trabalho.
Privado vs Público	Privado (RGPS) com mais de 32 milhões de beneficiários, gasta R\$ 436 bilhões (R\$15 mil per capita) e déficit de R\$149,7 bilhões  Público (RPPS) com 3,6 milhões de beneficiários, gastos de R\$273 bilhões (R\$74,1 mil per capita) e déficit de R\$155,7 bilhões
Judiciário/Legislativo/MP/Executivo	Gastos per capita muito distantes do RGPS Legislativo: R\$348 mil; Judiciário: R\$267 mil; MP: 217 mil e Executivo: R\$92 mi
Pensões vs Aposentadorias	Gastos com pensões são de 3% do PIB, com mais de 2,4 milhões de beneficiários acumulando com Aposentadorias
Militares	330 mil beneficiários gerando déficit de R\$38 bilhões
Regimes Especiais	Simples/MEI com forte disfuncionalidade atuarial

## **2. Reforma proposta pelo Governo Federal (PEC 287/2016)**



# Elementos da proposta paramétrica do Governo Federal (PEC 287/2016)

- Idade mínima de 65 anos e contribuição de 25 anos.
- Aumento da idade mínima conforme dinâmica demográfica (expectativa de sobrevida aos 65 anos).
- Regra de Transição.
- Isonomias
  - por gênero
  - Rural/Urbano
  - RGPS e RPPS: Servidores Públicos e Trabalhadores da Iniciativa Privada
  - Isonomia entre os Poderes (Judiciário, Legislativo, e Executivo)
- Não cumulatividade de benefícios (Pensões e Aposentadorias).
- Mais critérios para concessão de Pensões por Morte.
- Revisão de conceito de “invalidez”.
- Aposentadoria de Militares e de Parlamentares.

# Elementos da proposta paramétrica do Governo Federal (PEC 287/2016)

Itens	Propostas	Referência Legal
Idade Mínima	65 anos Aumento da idade mínima em razão do aumento da expectativa de sobrevivência do brasileiro	PEC 287/2016
Gênero	Mesmo Tratamento	PEC 287/2016
Tempo mínimo de Contribuição	25 anos	Ambos
Valor do Benefício	70% da média + 1,5 para cada ano que superar 25 anos de tempo de contribuição; + 2,0, para o que superar 30 anos; e +2,5, para o que superar 35, até 100%*	Substitutivo
Aposentadoria Rural	Igual a Urbana, mínimo de 65 anos de idade e 25 anos de contribuição; contribuição sobre SM com alíquota favorecida a ser regulamentada.	PEC 287/2016, mas pode ser suavizado
Regras de Transição	Não há corte de idade para entrar na transição; 30% de pedágio sobre o que faltará para cumprir 30 anos de contribuição, se mulher, ou 35, se homem**.	Substitutivo
Professores	As mesmas regras dos demais trabalhadores	
Miliares	Idade mínima de 65 anos, com 25 anos de contribuição***	PL junto com PEC

\* No texto original é de 51% da média + 1% por ano de contribuição até 100%

\*\* No texto original mulher com 45 e homens com 50 anos ou mais de idade, com 50% de pedágio sobre o que falta para cumprir 30 anos de contribuição, se mulher, ou 35 anos, de homem.

\*\*\* mesmo que previsto na PEC 287/2016 para Policiais.

# Elementos da proposta paramétrica do Governo Federal (PEC 287/2016)

Critério	Modelo Atual	Proposta	Observação
<b>Pensão por Morte</b>	<p>Tempo de Contribuição, Casamento ou União Estável de 24 meses</p> <p>Duração do benefício de acordo a com expectativa de vida do cônjuge.</p> <p>Valor Integral da aposentadoria do falecido mais 70% do que excede ao teto.</p>	<p>60 meses de contribuição, casamento ou União Estável, crescendo conforme demografia.</p> <p>Mantem</p> <p>50% + 10% a cada um dos pensionistas até 21 anos de idade. Se somente a viúva: 60%.</p>	<p>Difere da PEC 287/2016 e no Substitutivo no tempo mínimo de contribuição, casamento ou união estável.</p>
<b>Invalidez</b>	<p>Cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada</p>	<p>Cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho, morte e idade avançada</p>	<p>Conforme PEC 287/2016</p>
<b>BPC</b>	<p>Para o idoso: com idade igual ou superior a 65 anos, para homem ou mulher.</p> <p>Para a pessoa com deficiência: qualquer idade – pessoas que apresentam impedimentos de longo prazo (mínimo de 2 anos) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.</p>	<p>Substitutivo</p> <p>Pessoa com deficiência e idoso com mais de 68 anos;</p> <p>Aumento da idade com o aumento da expectativa de sobrevida do brasileiro;</p> <p>Idade subirá de 65 a 68 anos a partir de 1º/1/2020, em um ano a cada dois anos.</p>	<p>Em linha com a PEC 287/2016 desvinculação do salário mínimo, que seria corrigido pela inflação</p>

### **3. Reforma Paramétrica 3.0**

# Medidas

- Combinação da PEC 287/2016 com Substitutivo
- Aperfeiçoamento institucional da PEC → PL
- Conta gráfica individualizada (nocial)

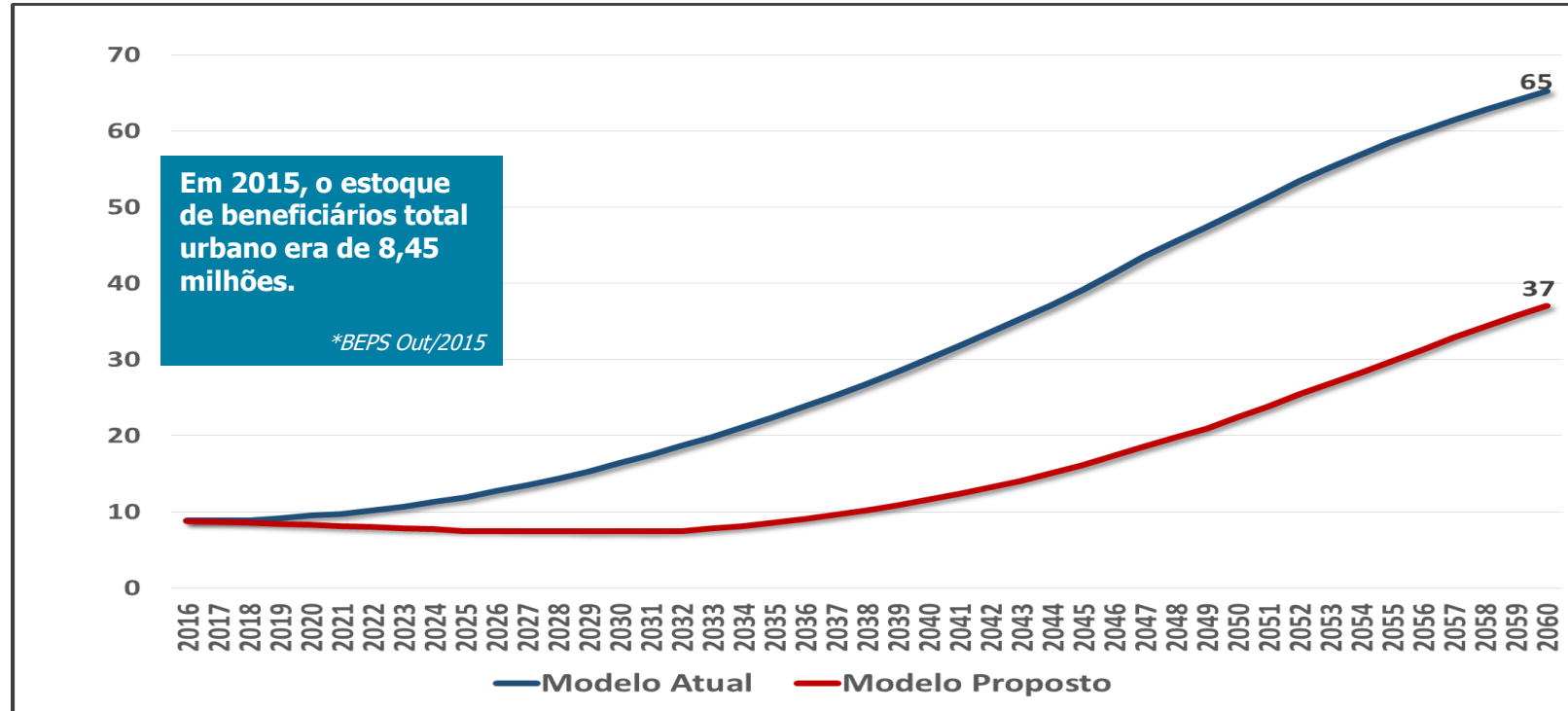
# Inovação institucional

- Considerando que o país estaria mantendo o modelo paramétrico, convergindo todos para aposentadoria por idade, com contribuição mínima de 15 ou 25 anos
- A PEC que altera as regras para acesso aos benefícios previdenciários, pensionários e assistenciais poderia prever que **correções nos parâmetros para acesso a benefícios podem ser alterados por projeto de lei (PL)**:
  - Importante manter o **princípio do debate democrático** sobre o tema em futuros ajustes de parâmetros.
  - **Simplifica processos de correções** sem exigir excessos de barganhas políticas, em muitos casos com resultados duvidosos para o sistema de aposentadorias.

**Contudo, a reforma da previdência não evita crescimento do número de beneficiários, nem o aumento dos gastos, seja em termos reais, seja em % do PIB!**

# Mesmo com a reforma o número de beneficiários deve crescer

Evolução do estoque de beneficiários total urbano (2016-2060). Em milhões de beneficiários.

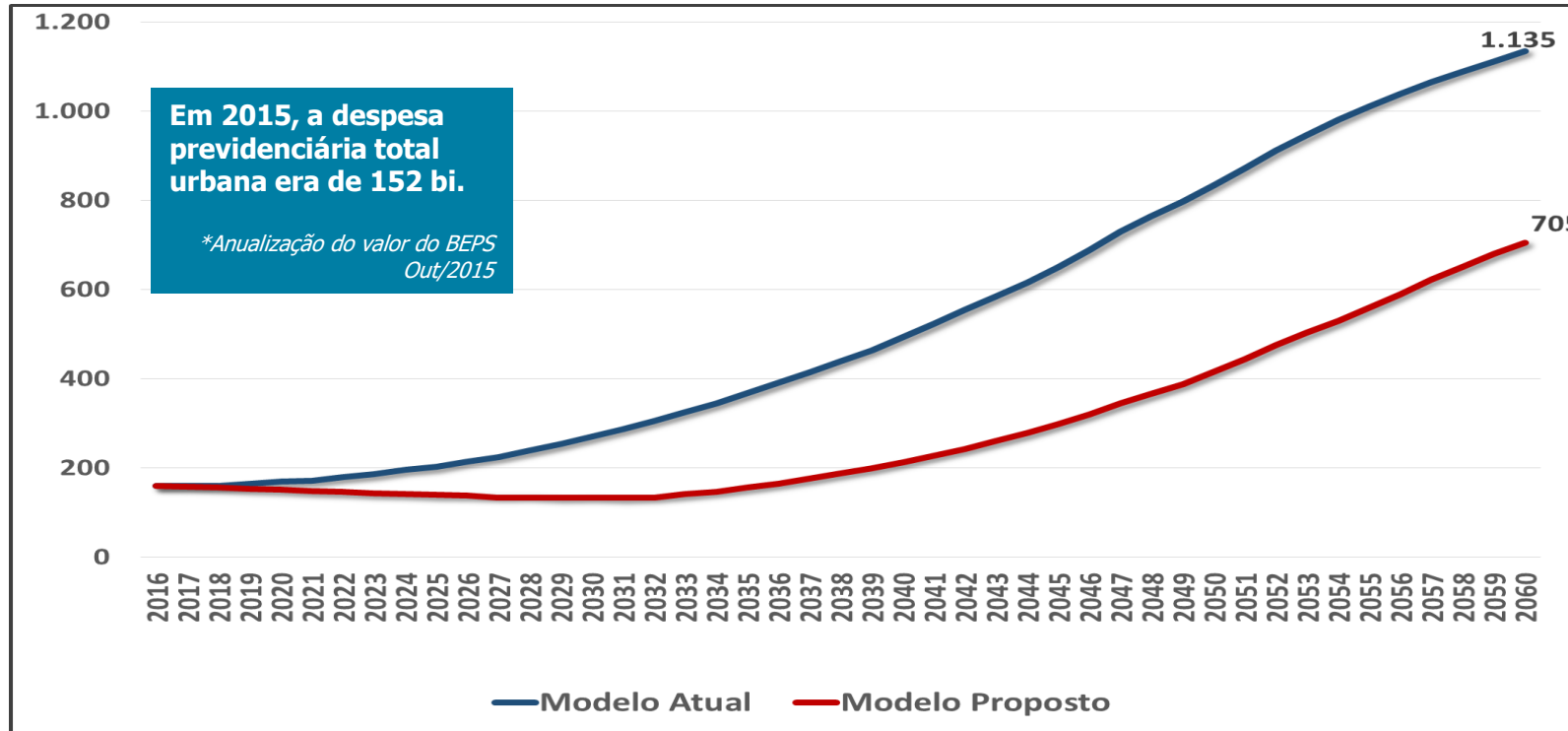


Nota: exercício para o caso de aumento médio de 6 meses por ano na idade média para se aposentar no país.



# E as despesas seguirão crescendo, mesmo que bem menos do que sem a reforma

*Evolução da despesa previdenciária total urbana (2016-2060). Em R\$ bilhões.*



*Nota: exercício para o caso de aumento médio de 6 meses por ano na idade média para se aposentar no país.*

## **4. Nova Previdência Universal**

# Regimes Previdenciários no Brasil: 3 pilares

**Regime Geral da Previdência Social (RGPS)** - inclui todos os indivíduos que contribuem para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): trabalhadores da iniciativa privada, funcionários públicos (concursados e não concursados), militares e integrantes dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

**Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)** - organizadas pelos estados e municípios para servidores públicos ocupantes de cargos efetivos (que exigem concurso público). Existem dois regimes de RPPS: o de repartição simples e o de capitalização.

**Previdência Complementar** - é um benefício opcional, que proporciona ao trabalhador um seguro previdenciário adicional, conforme sua vontade. É uma aposentadoria contratada para garantir uma renda extra ao trabalhador ou a seu beneficiário. Os valores dos benefícios são aplicados pela entidade gestora, com base nos chamados cálculos atuariais (que estabelece o valor da contribuição mensal necessária para pagar as aposentadorias prometidas). O sistema não é compulsório mas tem incentivo fiscal de diferimento de imposto de renda

# Modelos Alternativos

- 1. Modelo paramétrico, repartição:** No modelo de repartição, as contribuições dos trabalhadores ativos pagam os benefícios dos aposentados e pensionistas.
- 2. Modelo não-paramétrico, capitalização:** Cada trabalhador poupa recursos, que são guardados em uma conta própria. Pode ser de benefício definido, contribuição definida ou misto.
- 3. Modelo misto:** Combina benefícios pagos pelo governo (universais) com teto relativamente baixo em formato de repartição, mais contribuições (privadas) individuais.

# Modelos Alternativos: vantagens e desvantagens

Modelo	Vantagens	Desvantagens
<b>Modelo Paramétrico, repartição</b>	Factibilidade maior para aprovação de reforma, dado que é o modelo atual.  Solidariedade entre as gerações	Dinâmica demográfica, Tecnologia, mudanças no mercado de trabalho, desequilíbrios atuariais, tornam modelo recorrentemente obsoleto
<b>Modelo Não-paramétrico, capitalização</b>	Sem riscos e sem desequilíbrio atuarial com contribuição definida  Reduz cunha fiscal	De difícil (e cara) implementação imediata quando se está em regime de repartição.
<b>Modelo misto</b>	Razoável factibilidade Menor risco atuarial que regime de repartição Mais justo	De dificuldade moderada de adoção

# Modelo Proposto

1. **Nova Previdência Universal para nascidos a partir do dia da publicação do ato legal. (EC anunciando que PL fixará condições, mas que já vale para nascidos desde então).**
2. Separa benefícios conforme riscos atuariais distintos
3. Conta gráfica individualizada
4. Reduz a cunha fiscal
5. Dá mais liberdade para os trabalhadores escolherem suas proteções
6. Estimula a contribuição e a formalização no mercado de trabalho
7. Sistema mais justo
8. Educação previdenciária e incentivos à aquisição de seguros de renda

# Modelo Proposto

1. **Requer reforma paramétrica (PEC + Substitutivo) para trabalhadores remanescentes no sistema atual, além do componente de repartição da nova previdência universal.**
2. **Nova Previdência Universal, para novos ingressantes no mercado de trabalho, ou nascidos há 16 anos, ou nascido em 01/01/2001, por ex. (baseado na proposta da Fipe)**

1. **Instituição de Renda Básica do Idoso (RBI), não contributivo, universal (CCiF / Fipe) em substituição à LOAS/BPC e outros programas de renda para idoso.**

Hoje existem 8 milhões de idosos (65+), o programa se precificado a 1SM representaria 1,4% do PIB, para manter esta proporção o PIB teria que crescer 2,7% a.a. até 2060 (SM constante em termos reais)

2. **Benefício do Regime de Repartição (BRR), público, contributivo, repartição, conta gráfica individualizada**

Teto menor do que o atual, algo como R\$2.000,00 a R\$3.000,00 - Estudo do tamanho das alíquotas

3. **Benefício do Regime de Capitalização (BRC), privado ou público (fechado ou aberto), contas individuais**

Planos complementares de livre escolha e contribuição, não compulsório.

4. **Instituição de Seguro de Renda (SR), individual, sistema de capitalização**

Incluir no SR benefícios com risco atuarial distinto do previdenciário: Auxílio-Doença, Salário-Maternidade, Salário-Família, Auxílio Acidente, Auxílio Reclusão, etc

Conta separada da Previdência Social; pode ser público ou privado; fechado ou aberto.

# Outras Medidas: Nova Previdência Universal

- Aperfeiçoamento do sistema de previdência complementar privada.
- Introduzir maior competição entre as EFPC e EAPC.
- Promover produtos de menor custo para estas instituições, como investimentos que sigam índices de mercado etc.
- Introdução das melhores práticas de governança corporativa na Funpresp.



## Evolução Proposta de Modelo Previdenciário Brasileiro

Geração	Modelo	Descrição Síntese
Previdência 1.0	Modelo vigente	Modelo de repartição (paramétrico); diversos regimes especiais (rural, servidores públicos, gênero, pequena empresa, militares, etc).
Previdência 2.0	Modelo proposta pela PEC 287/2016 + Substitutivo	Mantem modelo de repartição (paramétrico); reduz um pouco os regimes especiais, ou reduz um pouco hiatos entre benefícios.
Previdência 3.0	Modelo proposto pela PEC 287/2016 + Substitutivo + Aperfeiçoamentos institucionais	Adiciona permissão para lei ordinária ajustar parâmetros; institui conta gráfica individualizada; institui lei de responsabilidade da previdência complementar.
Previdência 4.0	Cria modelo híbrido de previdência para nova geração de ingressantes no mercado de trabalho	Novo regime para futuros trabalhadores convive concomitante com previdência 3.0 (para trabalhadores atuais, mas que tem a opção de migrar para o novo regime) combina repartição básica com capitalização, cria seguro renda e alíquotas e contas apartadas conforme o regime (previdência e renda).

# Pilares da Previdência 4.0: Novos Ingressantes no Mercado de Trabalho

Pilar	Benefício	Descrição do Benefício	Característica do Benefício
Previdência Social	Renda Básica do Idoso (RBI)	Equivalente à meio Salário Mínimo, corrido monetariamente	Não contributivo Universal
	Benefícios do Regime de Repartição (BRR)	R\$3.000,00 (três mil reais), corrigido monetariamente	Contributivo, em regime de repartição Alíquota igual para todos Conta gráfica individualizada
	Benefício do Regime de Capitalização (BRC)	Benefício depende das contribuições ao longo da vida	Contribuições individuais Contas individualizadas
Seguro Renda (SR)	Plano Básico (SRB) para cobrir auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão e salário-maternidade.	Acionado perante o governo, em caso de sinistro.	Contributivo, em regime de repartição Alíquota igual para todos, apartada da alíquota da Previdência Social Conta gráfica individualizada
	Plano Complementar de Seguro Renda (SRC)	Acionado perante a seguradora em caso de sinistro	Contribuições individuais, alíquotas e condições de mercado Contas individualizadas

## **6. Resultados esperados**

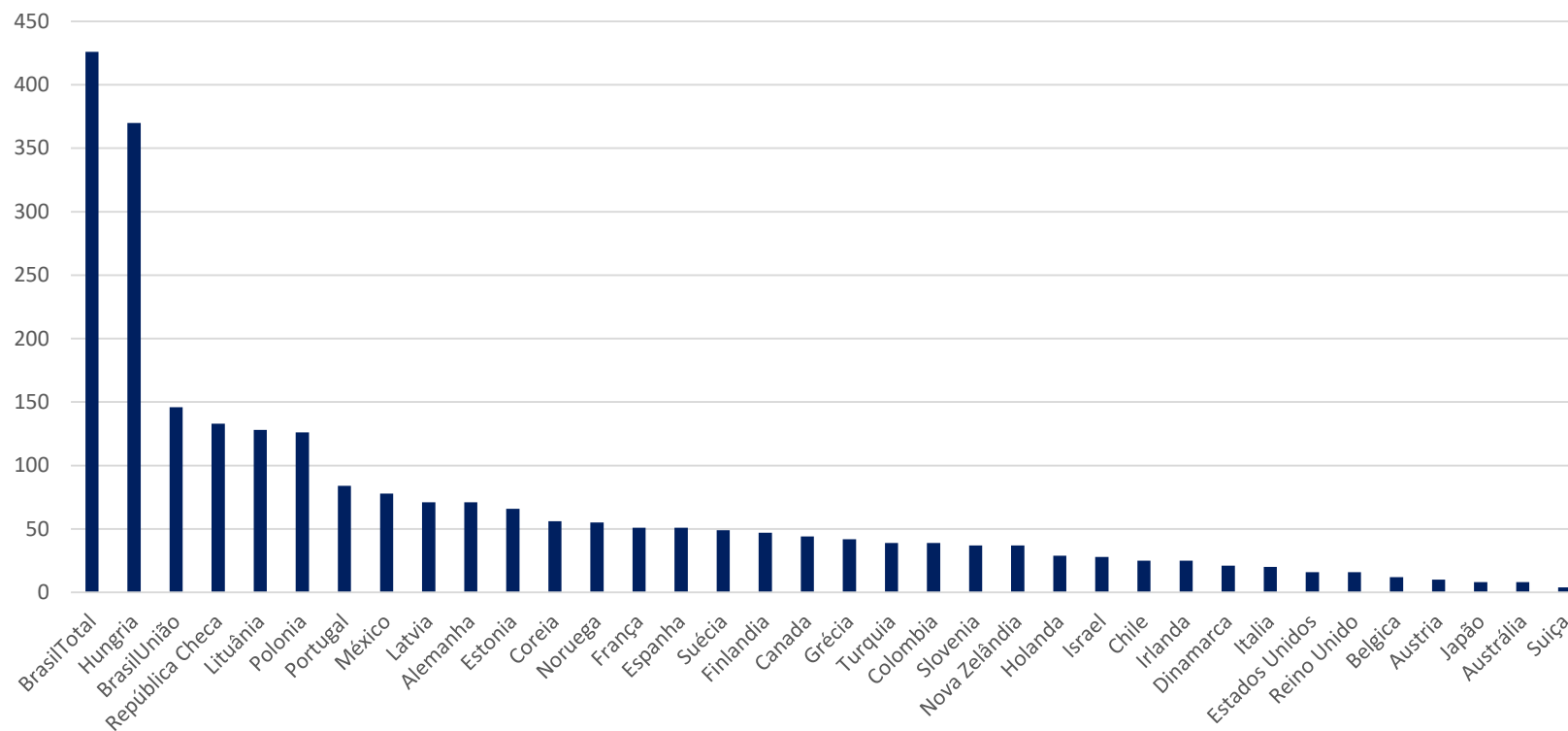
## **Efeitos esperados com a reforma**

- Promove a sustentabilidade da previdência social no país.
- Minimiza distorções e injustiças, ao longo das próximas décadas.
- Aumenta a poupança pública e a privada, permitindo aumento sustentado dos investimentos.
- Aumenta o produto potencial, mais demanda com menor pressão inflacionária, portanto, menores taxas de juros.

# Agenda de privatizações

# Brasil é ponto fora da curva no mundo?

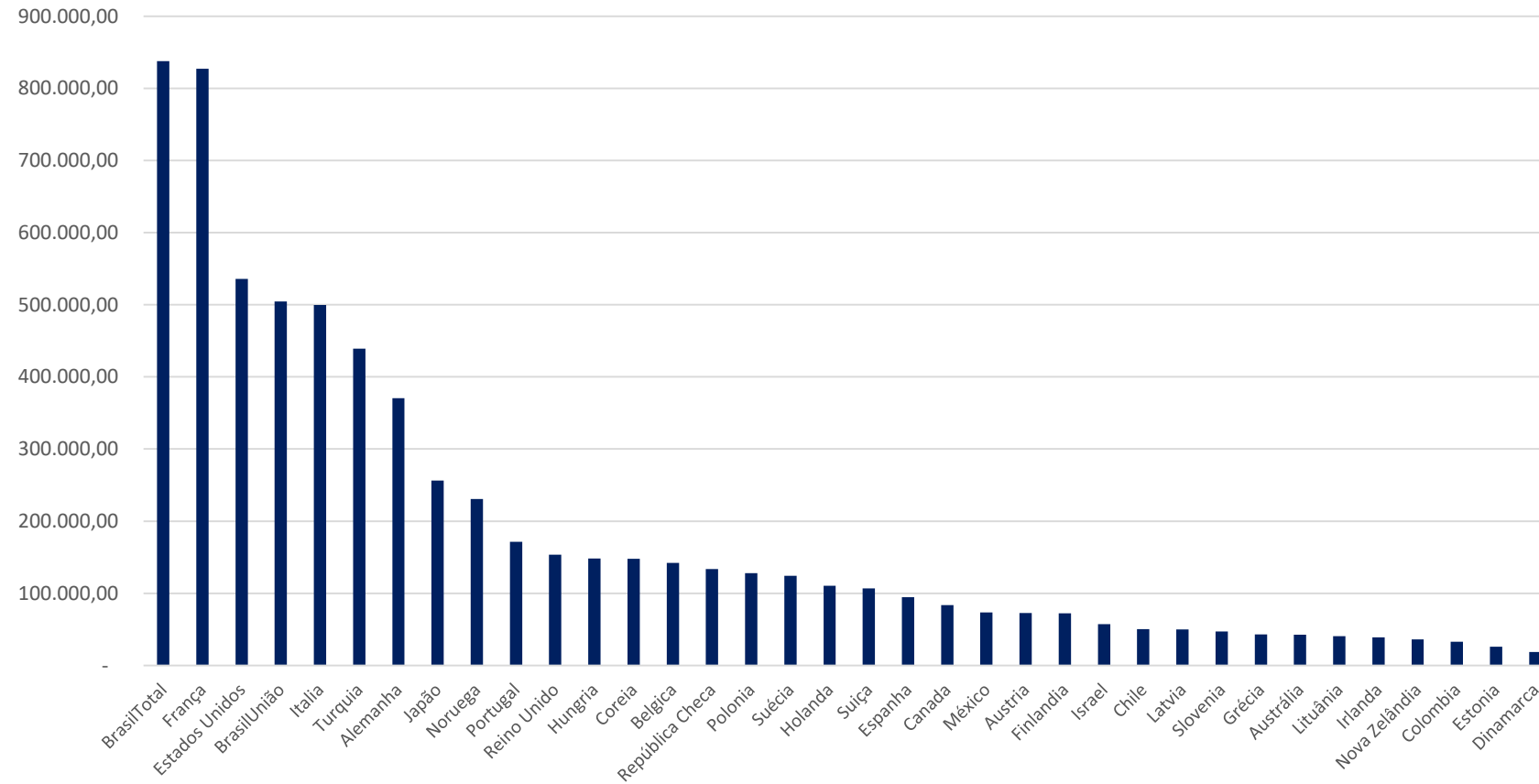
*Número de Empresas Estatais na OECD – ano 2016*



Fonte: OECD. The size and sectoral distribution of SOEs in OECD and partner countries. 2017.

# BRASIL É PONTO FORA DA CURVA NO MUNDO?

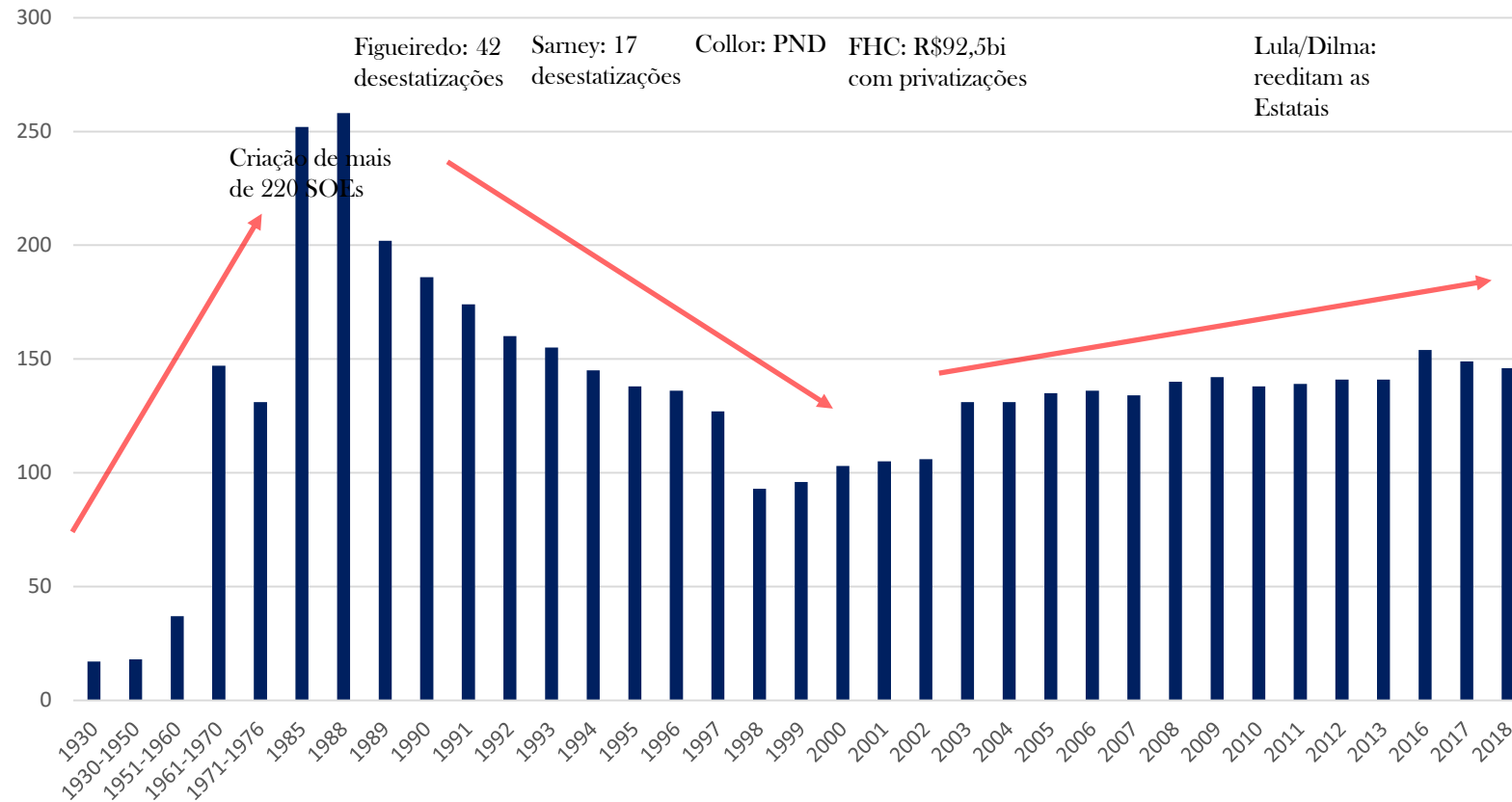
*Número de Empregados em Estatais na OECD – ano 2016*



Fonte: OECD. The size and sectoral distribution of SOEs in OECD and partner countries. 2017.

# Evolução das Estatais no Brasil

*Número de Estatais da União 1930-2018*



Fonte: SEST/MPOG e autores diversos.



# Programa de Privatizações para o Brasil

“A privatização é mais um exemplo dos governos fazendo a coisa certa pelos motivos errados”. Vicent Wright

“No Brasil, empresa privada é aquela que é controlada pelo governo, e empresa pública é aquela que ninguém controla.” (Roberto Campos)

## **Objetivo:**

Aumentar a eficiência da economia brasileira.

## **Governança do Programa:**

Constituição de Comissão Especial de Privatização, no âmbito do CND (Conselho Nacional de Desestatização), instalada no BNDES, com mandato fixo e distinto do de Presidente da República; membros submetidos à sabatina do Senado Federal, similar ao de diretores de BC e de agências reguladoras.

## **Escolha de Empresas**

Veja quadro a seguir

## **Agências Reguladoras**

Reforço a independência de agências reguladoras (Anatel, Aneel, CADE, CVM, etc), com medidas para aprimorar governança e de indicações de seus membros.

# Programa de Privatizações para o Brasil: caracterização das empresas

Nível de Governança		Função Social (se cumpre interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional)	
		Relevante	Não Relevante
Governança Corporativa	Adequado	Mantem-se como SOE, mas discutir o nível de participação do estado	Ingressa-se obrigatoriamente no Programa de Privatização, com prioridade para venda do controle ao setor privado
	Carente	Ingressa-se obrigatoriamente no Programa de Reestruturação com prazo para convergência de nível de governança sob risco de responsabilização dos administradores.	Encaminha-se para a descontinuação de suas atividades, liquidação ou venda total da companhia.
Qualidade da gestão e resultados			
Modelo de negócios e sua sustentabilidade			

# Programa de Privatizações para o Brasil (2019-2022)

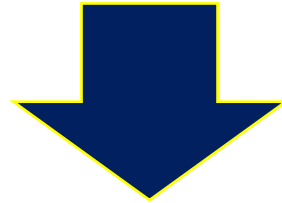
- Todas as empresas (138) controladas pela União entram obrigatoriamente no Programa de Privatização e Reestruturação de Estatais.
- Comissão Especial de Privatização (CEP/CND), que terá autonomia financeira para atuar e a contratação de estudos independentes. (atuação de dentro do BNDES)
- Preferência por vendas em blocos do controle acionário. Participação do Estado, quando couber, deve ser minoritária.
- Estudos (CADE) sobre riscos de aumento de poder de monopólio privado que possa gerar riscos de preços e de acessos de bens e serviços aos consumidores.
- Programa de reestruturação da estatal deve ser realizado por empresas independentes. Prazo definido para a convergência de governança e punições aos administradores.
- Negociações da União com Estados e Municípios passa a exigir inclusão obrigatória das Estatais dos Estados e Município no Programa de Privatização e Reestruturação de Estatais.

# Programa de Privatizações para o Brasil (2019-2022)

Item	Descrição
Objetivo	Aperfeiçoar as relações entre o setor público e o setor privado visando ganhos de eficiência econômica e acesso da população a bens e serviços de qualidade e a preço competitivo, ou mesmo compatível com a renda dos menos favorecidos.
Instrumento	Revigoração do Plano Nacional de Desestatização, com melhorias institucionais, como a constituição de uma Comissão Especial de Privatização (CEP), no âmbito do Conselho Nacional de Desestatização (CND), mas com membros independentes do Poder Executivo, instalada no BNDES, mandato fixo não coincidente com o do Presidente da República, e com autonomia para contratação de estudos; entre outros, cabe à CEP/CND a definição da modalidade operacional da privatização
Visão Ampliada	Inclusão obrigatória de todas as empresas controladas pela União, abarcadas pela Lei 13.303/2016, no Programa de Privatização e, sempre que houver negociações com Estados e Municípios, inclusão obrigatória das empresas estatais controladas pelo Estado ou Município
Acessório	Programa de reestruturação de empresas estatais, voltado para aquelas que cumprem função social estratégica do Estado e de interesse coletivo de política pública, mas com deficiência de governança corporativa, com prazos e penalidades previamente definidos
Meta	Redução da participação acionária do estado, e, quando couber, buscando ser minoritária, ou a alienação de ativos/desinvestimentos e venda de controle

### **Regra Atual**

Governo anuncia lista de empresas escolhidas para ser privatizadas, modalidade operacional, resultados financeiro esperado, e somente depois são encomendados estudos, com muitas contestações e incertezas



### **Regra Proposta**

Comissão Especial de Privatização, de caráter independente, realiza estudos, define modalidade operacional e participação acionária, quando couber, do Estado. Depois, CND anuncia processo de privatização e dar procedimentos legais. Para empresas listadas, processo corre em sigilo.

# Programa de Privatizações (2019-2022)

União: 70 empresas elegíveis, além de 5 bancos em 1

- 1) O papel da participação minoritária, quando couber a presença do Estado no setor.
- 2) Revisão do papel de bancos públicos de desenvolvimento: 18, sendo 5 Federais é muito. União: fusão em um único banco de desenvolvimento (BNDES).
- 3) Meta de privatização de todas as empresas de saneamento: intensificação dos investimentos no setor combinado com programa de universalização de serviços. Apenas 45% do esgoto é tratado; 35 milhões de brasileiros (17%) ainda não tem acesso a água potável; 48% dos brasileiros (100 milhões de pessoas) não tem coleta de esgoto.
- 4) Privatização da Eletrobras, dos Correios, da BR Distribuidora (71% da Petrobras), BB, Caixa Seguridade, meta para privatizações de todos os bancos estaduais (Banese, Banpara, Banestes, Banrisul, BRB...)
- 5) Privatização de diversas empresas dependentes do Tesouro: CBTU, Trensurb, Infraero, ECT, EBC, Telebras ... e liquidação de Valec, EPE, EPL, ...
- 6) Sim, tem empresas que não são privatizáveis: Embrapa, Conab..

# **Perspectivas Econômicas com Novo Governo**

**Márcio Holland**

Escola de Economia de São Paulo - Fundação Getulio Vargas (FGV EESP)

São Paulo, ABINEE, 06 de outubro de 2018